

CIBEC/INEP



B0024894

RELATÓRIO

DE ATIVIDADES

1999

1.32(047)

r

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO

Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais

INEP

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Fernando Henrique Cardoso

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Paulo Renato Souza

SECRETARIA EXECUTIVA DO MEC

Luciano Oliva Patrício

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS**

Maria Helena Guimarães de Castro



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
1 999**

Brasília, março de 2000

*A Informação não é informação
enquanto não é compartilhada*

Peter Drucker



UMARIO

Apresentação	5
1 - Visão geral do INEP	7
1.1 - Missão institucional.....	8
1.2 - Finalidades e atribuições.....	9
1.3 - Estrutura regimental.....	10
1.4 - Projetos e ações prioritárias.....	10
2 - Balanço dos resultados alcançados no exercício	
2.1 - Compromisso com a transparência das informações.....	13
2.2 - Repercussão externa das ações do INEP.....	14
2.3 - Uso das informações na gestão das políticas educacionais.....	15
2.4 - Censo Escolar.....	16
2.5 - Censos e levantamentos especiais.....	17
2.6 - Estudos sobre financiamento e gasto da educação.....	17
2.7 - Exame Nacional do Ensino Médio.....	17
2.8 - Exame Nacional de Cursos.....	19
2.9 - Sistema Integrado de Informações da Educação Superior.....	22
2.10 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.....	23
2.11 - Projetos e estudos internacionais.....	25
2.12 - Avaliação da Educação para Todos - EFA 2000.....	27
2.13 - Política de disseminação.....	28
2.14 - Articulação institucional externa.....	30
2.15 - Articulação institucional interna.....	31

3 - Descrição das ações realizadas por área	33
3.1 - Diretoria de Avaliação da Educação Básica.....	33
3.2 - Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais.....	36
3.3 - Diretoria de Avaliação e Acesso à Educação Superior.....	40
3.4 - Coordenação-Geral do Exame Nacional do Ensino Médio.....	43
3.5 - Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais.....	45
4 - Administração e finanças	59
4.1 - Execução, controle e acompanhamento orçamentário.....	59
4.2 - Licitações, contratos e convênios.....	61
4.3-Recursos humanos e capacitação de servidores.....	62
5 - Dados comparativos sobre a execução orçamentária e financeira de 1997, 1998 e 1999	64
5.1 -Demonstrativo da despesa autorizada - Dotação.....	64
5.2 - Demonstrativo da despesa autorizada - Convênios.....	65
5.3 - Demonstrativo da execução da despesa.....	65

A | PRESENTAÇÃO

O ano de 1999 foi excepcionalmente produtivo para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Todos os desafios que intentamos enfrentar foram vencidos; todas as metas que nos propusemos alcançar foram cumpridas. Os resultados, apresentados neste Relatório de Atividades, são expressivos, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Com isso, o INEP deu mais um passo para consolidar-se como uma instituição de referência nacional e internacional, na área de avaliação e informação educacional.

Quatro fatores, pelo menos, têm sido determinantes para dar sustentação ao trabalho que o INEP vem desenvolvendo: uma clara diretriz de governo sobre a importância estratégica de se criar mecanismos de avaliação para o monitoramento dos sistemas de ensino, num contexto de acentuada descentralização e marcantes desigualdades regionais; a forte liderança do Ministério da Educação no comando desta iniciativa e o esforço permanente de parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação; a intensa cooperação internacional, com os objetivos de adquirir conhecimento, compartilhar experiências e expor o Brasil a comparações com outros países; por fim, o apoio da opinião pública à realização de avaliações sistemáticas do desempenho das instituições de ensino.

Há, portanto, um entorno institucional e um ambiente político e social que colaboram para o avanço das propostas que vêm sendo desenvolvidas pelo INEP. As condições favoráveis não dispensam, porém, o esforço permanente de aprimoramento dos procedimentos administrativos e operacionais; dos instrumentos de avaliação, coleta de dados, verificação e controle de qualidade; das inter-relações institucionais que dão suporte aos projetos e ações; e dos mecanismos de disseminação dos resultados e informações produzidas.

Em 1999, estes componentes mereceram a devida atenção no plano de trabalho executado pelo INEP. Os resultados alcançados mostram, inegavelmente, avanços importantes em todas estas áreas. Já se sabe, com base nas experiências internacionais, que o desenvolvimento de sistemas de avaliação e de indicadores e informações educacionais requer um esforço contínuo de aperfeiçoamento metodológico, de refinamento dos instrumentos de pesquisa e de aprofundamento das análises. Esta é a postura que o INEP tem assumido, evitando o comodismo e a presunção diante dos aplausos.

Afinal, há ainda um longo caminho a ser percorrido. Todavia, cada vez mais, o Brasil pode orgulhar-se de ter conseguido implantar avaliações nacionais - que abrangem todos os níveis de ensino, do ensino fundamental à pós-graduação - e um sistema de informações e estatísticas educacionais, reconhecidas internacionalmente como referência para os países em desenvolvimento. Esta realização, é preciso insistir, não é mérito da política traçada pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, nem do desempenho eficiente do INEP, como órgão executor dessa política. Trata-se, antes de tudo, de uma iniciativa que responde a uma clara reivindicação da sociedade brasileira por maior transparência das informações sobre o sistema educacional e por maior responsabilidade das instâncias de gestão, das escolas e dos agentes envolvidos no processo em relação aos resultados apresentados.

O principal mérito do Ministério da Educação está em ter captado este desejo de mudança e de ter tido a coragem de enfrentar as resistências corporativas que se opunham às avaliações externas e de ter contrariado os interesses clientelistas, ao substituir o sistema tradicional de transferências negociadas de recursos, por um modelo de descentralização baseado em transferências automáticas, de acordo com critérios universais e transparentes. Este novo paradigma que hoje se aplica a todas as políticas e programas do Ministério da Educação só se tornou possível a partir da implantação de um moderno e eficiente sistema de informações educacionais.

É preciso reconhecer ainda que, pela própria natureza descentralizada do sistema educacional brasileiro, a realização de avaliações nacionais e de levantamentos censitários periódicos precisa contar com a indispensável colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação. Este apoio não tem faltado ao INEP. Além de se beneficiar do bom entrosamento entre as três instâncias de governo, o INEP tem feito prosperar uma rede de parcerias que envolvem os diversos segmentos da área educacional, instituições co-irmãs de pesquisas - como o IBGE e o IPEA - universidades, organizações não-governamentais e organismos internacionais.

A institucionalização de comitês técnicos e de acompanhamento, com a participação destes segmentos, foi um dos principais avanços alcançados em 1999. Com esta iniciativa - que se completa com as Comissões de Curso do Provão - todos os projetos desenvolvidos pelo INEP passaram a contar com uma instância de assessoramento, integrada por representantes externos. Isso garante maior transparência às ações e contribui para o fortalecimento institucional dos projetos. A intenção é promover, cada vez mais, uma apropriação destes projetos pela sociedade e, em especial, pelos diferentes segmentos da área educacional.

O presente relatório oferece, em sua primeira parte, uma caracterização do perfil institucional do INEP. Na segunda parte, apresenta uma análise dos resultados globais, por projeto, obtidos em 1999. A terceira parte apresenta uma descrição sumarizada das atividades realizadas por unidade. Finalmente, a quarta parte resume as informações básicas sobre administração e finanças.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do INEP

1

VISÃO GERAL DO INEP

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é um órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação. Seu regime jurídico, após a transformação efetivada pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, é de autarquia federal, vinculada àquele ministério. Com este novo perfil, o INEP reassumiu, nos últimos três anos, um papel estratégico de alta relevância para o fortalecimento da gestão das políticas educacionais e o desenvolvimento da educação brasileira. Com isso, ganhou grande visibilidade pública e tornou-se referência nacional e internacional na sua área de atuação.

A criação de um órgão federal especializado em avaliação e informação educacional e o desenvolvimento de capacidade técnica na área foram incluídos entre as principais prioridades do governo Fernando Henrique Cardoso para o setor de educação. Estes objetivos se concretizaram com a reestruturação e revitalização do INEP, instituição com larga tradição, mas que se encontrava desprestigiada e sem função relevante nas últimas décadas. Criado em 1937, o INEP teve uma trajetória ascendente até o início dos anos 60, dando significativa contribuição ao desenvolvimento educacional do País.

O INEP tem hoje como principal atribuição coordenar os sistemas e projetos de avaliação educacional e organizar o sistema de informações e estatísticas, com o objetivo de subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. Estão sob sua responsabilidade as três avaliações nacionais implantadas na década de 90: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Cursos (ENC), que se tornou mais conhecido como Provão, e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), iniciativa mais recente no campo da avaliação.

Além disso, o INEP é encarregado da produção das estatísticas básicas da educação nacional, por meio da realização de levantamentos periódicos que abrangem os diferentes níveis e modalidades de ensino. Como resultado do esforço empreendido na montagem de um sistema moderno e eficiente de informações na área, baseado numa plataforma que reúne o que há de mais avançado em tecnologia de informação, foi criado o Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), incorporando as bases de dados das avaliações nacionais e dos censos educacionais. Estes levantamentos são realizados anualmente, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação e com as próprias instituições de ensino.

Por último, com a finalidade de tornar as informações produzidas acessíveis aos usuários, constituídos pelos diferentes atores da área educacional e pelos segmentos sociais interessados na questão, o INEP desenvolve um conjunto de ações de disseminação. Nesta tarefa, sustenta uma diversificada linha editorial, promove e participa de eventos e conta com o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC), que mantém uma moderna unidade de atendimento ao público no edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília, e gerencia a página WEB na Internet (<http://www.inep.gov.br>).

Para desempenhar suas múltiplas funções regimentais, segundo prescreve a Lei nº 9.448, inciso IX, o INEP deve "articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral". Esta ênfase na busca de parcerias e no desenvolvimento de cooperação internacional, além de garantir o apoio necessário à execução dos projetos, reflete as mudanças ocorridas na política educacional brasileira a partir de 1995, responsáveis por criar um ambiente mais participativo e transparente.

O reconhecimento do papel estratégico das atividades e projetos desenvolvidos pelo INEP ocasionou a sua incorporação integral ao Plano Plurianual 2000 - 2003, *Avança, Brasil*, como componentes do *Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais*. Esta medida representa um passo fundamental para consolidar este conjunto de ações, garantindo a previsão orçamentária que assegura sua continuidade e definindo uma metodologia de acompanhamento permanente em relação às metas governamentais fixadas.

Dessa forma, a inclusão de todos os seus projetos no PPA 2000-2003 cria condições muito favoráveis para que o INEP avance na consolidação dos sistemas de avaliação e de informações educacionais, provendo assim um subsídio indispensável para o aumento da eficiência da gestão educacional e contribuindo para que a sociedade brasileira exerça o seu direito a uma educação de qualidade, em todos os níveis.

Os resultados das ações realizadas pelo INEP em 1999, sumarizados neste Relatório de Atividades, contribui para o avanço e a consolidação das reformas educacionais, que visam à promoção da equidade na distribuição dos recursos, à correção das desigualdades regionais e à melhoria da qualidade do ensino. É com estes objetivos que o INEP está comprometido.

1.1 — MISSÃO INSTITUCIONAL

O INEP tem como missão institucional desenvolver sistema de informações, abrangendo estatísticas e avaliações, para subsidiar o processo de for-

mulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais nos diferentes níveis de gestão, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional e a garantia de ensino de qualidade para todos.

Em primeira instância, o INEP assessora as políticas do Ministério da Educação, mas também contribui, diretamente, com o desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de ensino, provendo-lhes informações que permitem a avaliação de desempenho e a definição de prioridades a serem atendidas. Ao mesmo tempo que coopera com Estados e municípios, o INEP recebe dessas instâncias administrativas indispensável apoio para o desenvolvimento das suas atividades.

1.2 - FINALIDADES E ATRIBUIÇÕES

A Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, que transformou o INEP em Autarquia Federal, estabelece como suas finalidades essenciais:

- organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando ao estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- apoiar os Estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior.

As novas atribuições legais recebidas pelo INEP são consoantes com as competências que a LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - delega à União, especialmente de:

- coletar, analisar e disseminar informações sobre educação;
- assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.

Portanto, a reestruturação do INEP atendeu a uma exigência criada pela LDB, que redefiniu o papel do Ministério da Educação, coerente com o perfil descentralizado do sistema educacional brasileiro. Neste novo contexto

institucional, assumem grande relevância as avaliações nacionais e os levantamentos estatísticos sistemáticos, executados pelo INEP, que oferecem subsídios para a realização de diagnósticos e identificação de prioridades. É com base neste conhecimento preciso da realidade educacional do País que o governo federal pode desempenhar com competência, como vem fazendo, "função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios".

Como resultado das reformas institucionais levadas a cabo nos últimos cinco anos, o INEP se transformou num órgão estratégico na estrutura do Ministério da Educação. Este espaço foi ocupado à medida que se impôs como principal produtor e provedor de informações para subsidiar as políticas, tanto de educação básica quanto de educação superior.

1.3 — ESTRUTURA REGIMENTAL

A estrutura regimental do INEP, aprovada pelo Decreto nº 2.146, de 14 de fevereiro de 1997 (DOU, 17/02/97, Seção I, p. 2807-2810) - seguindo os cânones da moderna administração gerencial, segundo os quais a estrutura deve ajustar-se à missão institucional do órgão - estabelece um quadro bastante enxuto de cargos em comissão e funções gratificadas. A estrutura organizacional, constituída da Presidência e quatro diretorias, foi desenhada em função das atividades finalísticas do órgão. Da mesma forma, os servidores estão distribuídos em equipes, que se compõem em torno dos projetos e ações prioritárias.

A estrutura organizacional do INEP é constituída dos seguintes órgãos:

- I - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;
- II - órgãos seccionais:
 - Procuradoria Jurídica;
 - Auditoria Interna;
 - Coordenação-Geral de Administração e Finanças;
- III - órgãos específicos e singulares:
 - Diretoria de Avaliação da Educação Básica;
 - Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais;
 - Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior;
 - Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais;
- IV - órgão colegiado: Conselho Consultivo.

Uma das principais inovações incorporadas à nova estrutura do INEP é a existência de um Conselho Consultivo, integrado por nove membros efetivos, entre os quais quatro representantes da sociedade civil. A composição atual obedeceu a um critério de representação dos sistemas estaduais e municipais de ensino e da área do ensino superior. Este conselho dá maior transparência à instituição, além de possibilitar uma interlocução permanente com os diferentes segmentos da área educacional.

1.4 — PROJETOS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Constituem-se como principais projetos e ações de desenvolvimento continuado sob a responsabilidade executiva do INEP:

- Censo Educacionais:
 - Censo Escolar;
 - Censo do Ensino Superior;
 - Censos Especiais;
- Levantamentos e Estudos sobre Financiamento e Gasto da Educação.
- Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd).
- Avaliações:
 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
 - Exame Nacional de Cursos (ENC);
 - Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Disseminação:
 - Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC);
 - Linha Editorial.

2 **BALANÇO GERAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

Os resultados obtidos pelo INEP no exercício de 1999, apresentados e analisados no presente Relatório, apontam avanços importantes na consolidação dos seus principais projetos, tanto em termos de aumento da eficiência e eficácia da gestão quanto da melhoria da qualidade dos serviços e produtos oferecidos aos destinatários e beneficiários da sua ação institucional. Em seu conjunto, estes resultados também explicam a significativa visibilidade e notoriedade pública alcançada pelo INEP, reconhecido hoje como referência nacional e internacional na área de avaliação, estatísticas e indicadores educacionais.

Obviamente, o enorme destaque que a mídia tem dado às informações produzidas e divulgadas pelo INEP é reflexo, em grande medida, do impacto na opinião pública das avaliações e dos levantamentos sistemáticos sobre o desempenho do sistema educacional brasileiro. São estas informações que orientam as políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e que estimulam e subsidiam o debate público em torno deste tema, o qual passou a ocupar lugar de grande relevância na agenda da sociedade brasileira nesta segunda metade da década de 90.

2.1 - COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

Um claro indicador do aumento do interesse da opinião pública pelas questões relacionadas com a educação, de um modo geral - que se apresenta cada vez mais difundido entre os diferentes segmentos da área educacional, agentes públicos e atores sociais - é o crescimento da demanda por infor-

mações qualificadas sobre as instituições de ensino. Este fenômeno pode ser constatado tanto pela ampliação da cobertura da imprensa sobre o tema quanto pelas consultas diretas recebidas pelo INEP tendências que se confirmaram em 1999. É preciso notar que, ao adotar uma vigorosa política de publicização das informações produzidas - seguindo uma orientação do Ministério da Educação - o INEP acabou contribuindo para gerar uma demanda mais exigente, informada e crítica.

Dessa forma, o desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliação e de estatísticas educacionais acabou produzindo como um dos benefícios a democratização do acesso às informações. Como espinha dorsal da sua política de disseminação, o INEP tem dedicado especial atenção ao fortalecimento do Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC), reinaugurado em novembro de 1998 e transformado num moderno núcleo difusor de informações educacionais, com ênfase na avaliação e estatísticas. Este centro, fisicamente instalado no edifício-sede do MEC, proporciona atendimento local e virtual, com foco no treinamento do usuário - voltado tanto para o público interno quanto externo. Também oferece, para um público mais heterogêneo e amplo, oportunidade de consulta via Internet.

Atento às novas possibilidades geradas pelas tecnologias de informação, o INEP vem atribuindo grande importância ao uso da rede mundial de computadores, seja para a coleta das informações a um custo mais baixo, seja na disseminação dos resultados das avaliações e levantamentos estatísticos, atingindo um público cada vez mais numeroso. Como parte desta estratégia, alguns projetos já operam exclusivamente com a Internet, como é o caso das inscrições para o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como Provão, e da coleta de dados do Censo do Ensino Superior. Outros projetos, como o Censo Escolar e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), devem ampliar gradualmente o uso deste recurso, levando em conta as características distintas dos seus usuários.

Por isso, o desenvolvimento da página WEB do INEP - cujo endereço é: <http://www.inep.gov.br> - tem merecido elevado grau de prioridade entre as atividades de suporte e de disseminação dos projetos do órgão. Hoje, o site do INEP possui 3.172 páginas, com informações sempre atualizadas, excluindo-se as páginas dos documentos disponíveis na 'Estante Virtual', que permite *download* de toda a produção do INEP a partir de 1997. O número de consultas registrado em 1999 confirma a larga utilização deste recurso, pelos usuários das informações produzidas pelo INEP.

25.2 - REPERCUSSÃO EXTERNA DAS AÇÕES DO INEP

Nos últimos doze meses, a página WEB do INEP recebeu 6,3 milhões de *page-views*, o que representa uma média mensal de 529 mil e diária de 17,6 mil. A página do Provão foi a mais procurada, registrando 2,6 milhões de *page-views* em 1999, com maior pico no mês de dezembro, quando ocorreu a divulgação dos resultados. Em segundo lugar já aparece o ENEM, que contabilizou no mesmo período 722 mil *page-views*, com maior concentração no segundo semestre. Outra seção bastante solicitada, com uma distribuição mais equilibrada ao longo do ano, é a página de Notícias, responsável por divulgar informações sobre o andamento dos projetos desenvolvidos pelo INEP. Em 1999, foram 329 mil *page-views* na seção de Notícias.

Após três anos da sua transformação em autarquia federal e da redefinição das suas finalidades essenciais - ambas medidas efetivadas por meio

da Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997 - o INEP vem desempenhando com pertinência e eficácia a sua missão institucional de produzir informações e estatísticas educacionais para subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas na área de educação, em seus diferentes níveis administrativos. Pode-se enumerar diversos exemplos bastante concretos que comprovam que o uso de informações vem tornando-se cada vez mais intensivo e sistemático na gestão educacional no Brasil.

Esta prática proporciona indiscutíveis ganhos sociais, que podem ser medidos tanto em termos gerenciais de maior economicidade, eficiência e eficácia quanto da desejável garantia de mais transparência e equidade nos programas governamentais. Pela amplitude das suas ações, basta observar, como expressão deste fenômeno, as mudanças verificadas no âmbito das políticas educacionais implementadas pelo governo federal desde que ocorreu, a partir de 1996, a implantação do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), que reúne as bases de dados geradas pelos sistemas de avaliação e censos educacionais realizados pelo INEP

Z.3 - U s o D A S I N F O R M A Ç Õ E S N A G E S T ã O D A S P O L Í T I C A S E D U C A C I O N A I S

De fato, todos os programas e projetos executados pelo Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), das secretarias e dos órgãos vinculados, apóiam-se hoje nos diagnósticos e recomendações decorrentes das avaliações e levantamentos estatísticos da educação básica e superior. Esta forte conexão entre o sistema de informações gerido pelo INEP e a gestão das políticas é mais perceptível nos programas que envolvem transferências intergovernamentais de recursos.

O exemplo mais notório, obviamente, é o do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que movimentou, no exercício de 1999, cerca de R\$ 14,2 bilhões, dos quais R\$ 675 milhões referentes à complementação da União. Conforme disposto pela legislação instituidora deste fundo contábil - Emenda Constitucional nº 14 e Lei nº 9.424, de 1996 - a distribuição dos recursos, no âmbito de cada unidade da Federação, é feita com base na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para este fim os dados oficiais apurados pelo Censo Escolar.

Este mesmo critério de transparência e universalidade foi adotado pelo MEC como princípio orientador dos principais programas de apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental - Merenda Escolar, Livro Didático e Dinheiro Direto na Escola - rompendo assim com a tradição clientelista das transferências negociadas. Com isso, estas ações ganharam maior eficiência técnica, evitando-se desperdícios e assegurando-se maior equidade. No seu conjunto, os programas e ações desenvolvidas pelo FNDE envolveram, em 1999, recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões, a maior parte transferida aos Estados e municípios. Pode-se concluir, portanto, que as informações sobre a matrícula na educação básica produzidas pelo Censo Escolar tiveram repercussão imediata e direta sobre a distribuição de cerca de R\$ 17,7 bilhões, no último exercício.

Este valor eleva-se para cerca de R\$ 19,5 bilhões, se considerarmos ainda a determinação da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, de que a quota estadual do Salário-Educação também seja redistribuída entre o Estado e os respectivos municípios com base no número de alunos matriculados no ensino fun-

damental. A magnitude desta cifra, que representa cerca de 90% do gasto público total com o ensino obrigatório, impôs ao INEP uma preocupação adicional com a consistência das informações apuradas pelo Censo Escolar, exigindo permanente esforço de aperfeiçoamento dos procedimentos de coleta e dos mecanismos de controle de qualidade.

2.4 — CENSO ESCOLAR

Mas esta vinculação entre os resultados deste levantamento anual, que envolve um universo de cerca de 215 mil escolas de educação básica em todo o País, e a repartição dos recursos destinados ao ensino fundamental, embora transformada em alvo principal das atenções dos diferentes agentes educacionais e dos executivos municipais, representa apenas uma das possibilidades de uso gerencial do quantitativo de matrículas com a finalidade específica de garantir maior equidade no financiamento público deste nível de ensino, que atende a cerca de 36 milhões de alunos.

O Censo Escolar presta-se, no entanto, a objetivos bem mais nobres e generosos do que o simples provimento de informações sobre o número de alunos matriculados em cada escola, por nível de ensino e dependência administrativa. É na verdade uma pesquisa complexa, que trabalha com uma gama muito extensa de variáveis sobre o perfil dos diferentes segmentos da comunidade escolar - alunos e professores -, sobre a situação de funcionamento e a infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino - caracterização física, instalações, equipamentos e insumos pedagógicos -, sobre as formas de organização do ensino - seriada, em ciclo ou por disciplina - e sobre o movimento e rendimento escolar - afastamento por abandono ou transferência, aprovados, reprovados e Concluintes.

Desta forma, o Censo Escolar gera um conjunto de informações indispensáveis para o monitoramento do desempenho do sistema educacional, de modo geral, e para um acompanhamento mais acurado das redes de ensino. Por isso mesmo, este levantamento é realizado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, usuárias privilegiadas das informações produzidas. Como parte do esforço permanente de aprimoramento, em 1999 o INEP deu continuidade ao processo de descentralização da coleta, mediante implantação de módulos regionais e municipais de entrada e consistência dos dados.

Além disso, com o objetivo de fazer com que as informações também cheguem à ponta do sistema, de tal forma que a escola não participe apenas como respondente passiva do Censo Escolar, mas possa apropriar-se dos seus resultados e utilizá-los como referência para o seu planejamento e para a definição das suas metas, o INEP desenvolveu um boletim que apresenta os principais indicadores individuais de cada unidade escolar, comparados com a média do seu município, do Estado, da região e do País. Este retrato personalizado da escola é enviado juntamente com o questionário de coleta do Censo Escolar, no início do ano letivo.

Com isso, deu-se mais um passo importante para que as informações produzidas por esta pesquisa anual atinjam todos os níveis de gestão educacional, dos órgãos centrais às escolas, passando pelas delegacias e núcleos regionais, incentivando novas práticas e a busca de melhores resultados. Reforça-se, assim, o compromisso do SIEd com o aperfeiçoamento das políticas, o fortalecimento da gestão e, como corolário, a melhoria da educação.

2.5 — CENSOS E LEVANTAMENTOS ESPECIAIS

Ao mesmo tempo, visando ao preenchimento de lacunas existentes e ao aprimoramento das informações disponíveis sobre as modalidades de ensino, em 1999 o INEP dedicou especial atenção ao desenvolvimento de levantamentos especiais, sempre em parceria com as instituições públicas e organizações não-governamentais diretamente envolvidas com as políticas públicas das respectivas áreas. A partir desta iniciativa, que superou a meta prevista para o exercício, foram realizados três censos especiais: o Censo da Educação Profissional, o Censo da Educação Escolar Indígena e o Censo da Educação Especial.

Os resultados destas pesquisas, que serão concluídas neste ano, deverão proporcionar um quadro de referência mais preciso sobre a cobertura alcançada e as modalidades de atendimento oferecidas, bem como sobre o conjunto de instituições que atuam nestes segmentos, proporcionando assim subsídios para a revisão e o aperfeiçoamento das políticas de expansão da oferta e melhoria do atendimento. A realização destes levantamentos especiais, aos quais será acrescido neste ano o Censo da Educação Infantil e, no próximo ano, o Censo do Professor da Educação Básica - atualizando levantamento já realizado em 1997 - permitirão ainda incorporar ao SIEd novas variáveis, completando o mapa da educação brasileira.

2.6 - ESTUDOS SOBRE FINANCIAMENTO E GASTO DA EDUCAÇÃO

Outra importante atividade desenvolvida pelo INEP ligada à produção de informações e indicadores é o levantamento de dados sobre financiamento e gasto da educação. O esforço realizado nesta área, em 1999, concentrou-se principalmente no aprimoramento da metodologia de apuração e de estimação das informações. Para isso, o INEP articulou-se com o IPEA, o IBGE e a Unicamp, buscando conjugar capacidade técnica para o desenvolvimento de uma metodologia que permita a elaboração de uma série histórica, até então inexistente nesta área.

Como resultado, já se conseguiu produzir dados sobre gasto público em educação para os exercícios de 1994, 1995 e 1996. Este levantamento enfrentou, entre outras dificuldades, a inexistência de um sistema adequado de execução orçamentária e de consolidação das contas da administração pública, principalmente no nível municipal, que permita a identificação dos programas de trabalho e do elemento da despesa efetivamente realizada, bem como a origem do seu recurso. O desenvolvimento metodológico nesta área foi impulsionado pela participação do Brasil, a partir de 1997, em projetos internacionais, especialmente no Projeto Piloto WEI - *World Educational Indicators*, promovido pela Unesco/OECD.¹ Para fazer parte desta iniciativa, o Brasil comprometeu-se com a produção de informações consistentes e confiáveis, que permitam estabelecer comparações internacionais.

2.V — EXAME NACIONAL, DO ENSINO MÉDIO

No campo das avaliações educacionais, o INEP concentrou-se, em 1999, no desenvolvimento e consolidação dos seus três grandes projetos, a sa-

¹ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os 27 países capitalistas mais desenvolvidos.

ber: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Cursos (ENC) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por meio destas avaliações, o Ministério da Educação cumpre as responsabilidades delegadas à União pela LDB de "assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de Ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino" e de "assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino" (Lei nº 9.394, de 1996, art. 9º, Incisos VI e VIII).

O ENEM é a iniciativa mais recente entre os três projetos nacionais de avaliação implementados pelo INEP. Por isso mesmo, requereu atenção especial em 1999. Embora voltadas fundamentalmente para o mesmo macroobjetivo - a garantia de transparência na avaliação, orientada para a melhoria da qualidade do ensino - estas três avaliações utilizam metodologias diferenciadas, enfoques distintos e cumprem finalidades diversas. Enquanto o SAEB se constitui uma avaliação das redes de ensino fundamental e médio, por amostragem, e o ENC, uma avaliação externa dos cursos de graduação, o ENEM tem como objetivo avaliar o desempenho individual dos alunos, ao término da escolaridade básica, com a intenção de aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício pleno da cidadania.

Este exame oferece ao aluno credenciais para o prosseguimento dos estudos - que já estão sendo reconhecidas por cerca de uma centena de instituições de ensino superior -, indicações para o aprimoramento individual e, ainda, referenciais para o ingresso no mercado de trabalho. Por isso, o ENEM é um exame voluntário, direcionado para os egressos e Concluintes do ensino médio². Em razão da sua natureza e das vantagens que oferece ao aluno, a inscrição para o exame é paga, embora cerca de 50% do seu custo real sejam subsidiados.

A concepção do ENEM está calcada nos delineamentos da educação básica estabelecidos pela LDB e, sobretudo, nas novas diretrizes curriculares e nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio. Portanto, é um instrumento balizador e indutor da reforma deste nível de ensino que vem sendo implantada no País. Cabe observar que os dois processos - o desenvolvimento do ENEM e a implantação da reforma curricular - ocorrem dentro de um contexto de acelerada expansão da matrícula do ensino médio, fenômeno que sinaliza, por sua vez, a melhoria do desempenho do ensino fundamental e a exigência de um nível mais elevado de escolaridade criada pelo impacto das mudanças tecnológicas sobre o mundo do trabalho.

A proposta do ENEM foi lançada, portanto, no ambiente de dinamismo e transformação que cerca o ensino médio no Brasil, apresentando-se como um elemento revelador da nova identidade que se pretende construir com a reforma. A receptividade alcançada em 1999, segundo ano de realização do exame, superou todas as expectativas e dissipou as dúvidas que ainda restavam quanto a eficácia desta iniciativa.

O ENEM/1999 teve a expressiva participação de 346.953 inscritos, o que representa um crescimento de cerca de 120%, em relação ao primeiro exame, realizado em 1998. Em relação ao número de Concluintes do ensino médio, a proporção de participantes no ENEM aumentou de 7,9%, em 1998, para 15,4%,

² Concluintes são os alunos que, no ano de realização do exame, estão cursando a última série do ensino médio. Os egressos, por sua vez, são aqueles que concluíram o ensino médio em anos anteriores.

em 1999. Ou seja, de um ano para outro praticamente dobrou a abrangência do ENEM em relação aos Concluintes. No entanto, o crescimento foi ainda mais expressivo entre os egressos, de 10,5 mil inscritos no primeiro exame para 110,5 mil no segundo.

Com isso, a participação relativa de egressos em relação ao total de inscritos aumentou de 9,1%, em 1998, para 35%, em 1999. A adesão de Concluintes e egressos do ensino médio ao ENEM foi motivada pela aceitação dos resultados do exame por 93 instituições de ensino superior, como critério complementar ou substitutivo aos seus processos seletivos. Entre as instituições que aprovaram a incorporação do ENEM como mecanismo combinado com o vestibular, atribuindo-lhe peso diferenciado, mas relevante, destacam-se algumas das principais universidades do País, como a USP, Unicamp, UNESP e UFPR.

Com isso, o exame ganhou visibilidade e obteve um tratamento muito favorável na mídia, repercutindo a opinião dos próprios participantes que, de modo geral, elogiaram a concepção da prova. O ENEM também recebeu uma avaliação positiva quase unânime de educadores e dirigentes das instituições de ensino superior, que ressaltaram a importância da iniciativa para fortalecer e impulsionar a reforma do ensino médio.

Como a participação no ENEM/1999 superou largamente o número inicialmente previsto de 250 mil inscritos, o INEP teve que adotar uma série de medidas emergenciais para readequar o planejamento orçamentário e operacional, de modo a garantir a realização do exame conforme cronograma estabelecido por meio da Portaria nº 35, de 15 de abril de 1999. Uma das medidas necessárias foi a solicitação de abertura de crédito suplementar, tendo em vista que a arrecadação própria superou o limite previsto.

Em 1999, mereceu especial empenho do INEP o aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais do ENEM, iniciativa que obteve resultados bastante satisfatórios, comprovados pela realização bem-sucedida do exame. Para isso, foi necessário montar uma logística complexa, envolvendo a possibilidade de inscrição em cerca de 7.000 agências dos Correios, distribuídas em todo o território nacional, e a aplicação da prova em 162 municípios. Paralelamente, o INEP deu continuidade ao processo de desenvolvimento metodológico do exame, de elaboração de itens e de padronização da correção das redações.

Este trabalho, coordenado pela equipe do ENEM, envolveu a realização de seminários técnicos e oficinas para capacitação de elaboradores de itens de prova, treinamento dos corretores de redação, criação de Grupo de Acompanhamento da Redação e articulação com comissões de vestibulares de diversas universidades. A partir destas iniciativas, constituiu-se em torno do ENEM uma verdadeira rede de educadores e especialistas em avaliação, vinculados ao ensino médio e à educação superior, que tem dado indispensável contribuição ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento da proposta. O balanço do ENEM/1999 aponta, portanto, avanços consistentes em direção à consolidação deste novo instrumento de avaliação, tanto do ponto de vista operacional quanto em relação à sua concepção filosófico-metodológica.

Z.B — EXAME NACIONAL DE CURSOS — ENC

O Exame Nacional de Cursos (ENC), implantado em 1996, com base na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 e no Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, integra o Sistema de Avaliação do Ensino Superior, do qual

fazem parte dois procedimentos coordenados pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC): a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, à qual são submetidos os mesmos cursos avaliados pelo ENC, e as Avaliações de Cursos de Graduação pelas Comissões de Ensino da SESu, previamente às respectivas autorização ou reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em 1999, o ENC deu mais um passo para a sua consolidação definitiva como principal instrumento de avaliação do ensino de graduação. De fato, a quarta edição deste exame - que envolveu um universo de 2.151 cursos distribuídos em 13 áreas - foi caracterizada pela absoluta normalidade com que transcorreu a sua realização em todo o País e pela participação recorde, tanto em termos do número absoluto de graduandos inscritos (173.564) quanto em relação ao índice de comparecimento (94,5%) e ao percentual dos que responderam às provas (93,6%). No ENC/1999, deu-se fenômeno semelhante ao verificado com o ENEM: o número de inscritos acabou superando a previsão inicial em cerca de 33% e o número de alunos presentes no dia do exame foi 23% maior do que o que era esperado. Com isso, fêz-se necessário redimensionar o planejamento e aditar os contratos.

O clima de tranqüilidade que cercou o ENC/1999 não significou arrefecimento do ímpeto de aprimoramento que tem comandado o desenvolvimento desta iniciativa desde o seu nascedouro. Ao contrário, colaborou para que maior esforço institucional fosse empreendido no aperfeiçoamento do exame e no estabelecimento de uma articulação mais orgânica com os coordenadores dos cursos, incentivando assim a adoção de medidas para o saneamento das deficiências indicadas pelo ENC e, dessa forma, a melhoria da qualidade do ensino.

Em 1999, foram incorporadas importantes inovações, especialmente com o estabelecimento de uma vinculação mais efetiva entre o sistema de avaliação do ensino superior e os processos de renovação do reconhecimento dos cursos e de credenciamento das instituições. Também foram dados passos importantes no refinamento das análises dos resultados do ENC e na forma de apresentação dos conceitos obtidos pelos cursos avaliados.

Em relação à política de reconhecimento e autorização para funcionamento dos cursos de graduação, definida pelo Ministério da Educação, a grande mudança aconteceu por meio da Portaria Ministerial nº 755, de 11 de maio de 1999, que determinou a abertura imediata de processo com esta finalidade atingindo 101 cursos das áreas de Administração, Direito e Engenharia Civil que obtiveram conceitos baixos no ENC e na Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, conduzida pela SESu. Estes cursos foram submetidos, ao longo de 1999, a nova visita das comissões de especialistas da SESu e, a partir das suas recomendações, o MEC encaminhou ao CNE pareceres sugerindo renovação do reconhecimento ou estabelecimento de prazo para o atendimento das exigências mínimas, sob pena de fechamento.

A partir desta medida, ficou absolutamente evidente que o MEC pretende seguir adiante com a política de substituição gradual dos procedimentos burocráticos que historicamente prevaleceram nos processos de reconhecimento de cursos e de credenciamento e reconhecimentos das instituições de ensino superior por critérios objetivos, baseado nos resultados das avaliações, nas informações apuradas pelo Censo do Ensino Superior e nos indicadores de desempenho institucional.

Como contraface da decisão administrativa de submeter ao processo de renovação do reconhecimento dos cursos com baixo desempenho no ENC e

na Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, o MEC abriu caminho para a renovação automática do reconhecimento dos cursos bem conceituados em três avaliações seguidas. A medida, que depende do aval do CNE, beneficia os cursos que obtiveram conceitos A e B no ENC em três anos seguidos e que não receberam classificação CI (Condições Insuficientes) na Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, realizada pelas comissões de especialistas da SESu. Obviamente, o anúncio de ambas as medidas, no curso de 1999, reforçaram a importância do ENC e a vigilância sobre os seus resultados, cada vez mais associado à política de melhoria da qualidade do ensino superior.

Quanto à divulgação dos seus resultados, as mudanças efetivadas tiveram como objetivo apresentar informações mais detalhadas e garantir maior nitidez na apresentação do desempenho dos cursos avaliados. Pelo critério que vigorou nas três primeiras edições do exame, o desempenho dos cursos era classificado de acordo com um escala com cinco faixas de conceitos (A, B, C, D e E), demarcadas por um critério estatístico previamente estabelecido.

Com a nova sistemática adotada em 1999, além dessa classificação, cada curso passou a receber a distribuição percentual das médias dos seus alunos por faixa de desempenho. O novo formato revela não apenas a evolução da média padronizada de cada curso, como vinha sendo feito, mas também o percentual dessa evolução em comparação com o desempenho obtido no exame imediatamente anterior. Outra importante mudança foi a substituição dos conceitos referentes à titulação acadêmica e à jornada de trabalho do corpo docente por uma apresentação da distribuição percentual por categoria, em relação ao número total de professores do curso. Às duas medidas combinadas garantem maior precisão e transparência na avaliação do desempenho de cada instituição.

Com as modificações introduzidas na apresentação das informações sobre o corpo docente, fica mais fácil perceber o efeito positivo do ENC em relação a estas duas variáveis, à medida que as instituições de ensino superior têm investido na melhoria do perfil do corpo docente e na implantação de regimes de trabalho mais adequados às exigências da atividade acadêmica.

Ao tornar-se um instrumento mais preciso, o ENC responde às expectativas da sociedade, que reivindica informações confiáveis sobre a qualidade do ensino oferecido pelas instituições de ensino superior. Dessa forma, ao permitir uma diferenciação mais criteriosa entre os cursos avaliados, o ENC cumpre sua principal finalidade, que é produzir referências objetivas para incentivar e orientar as instituições a corrigir suas deficiências e a investir na melhoria do ensino. Com o objetivo de reforçar este compromisso do ENC com a qualidade do ensino, o INEP tomou duas iniciativas importantes em 1999.

A primeira delas foi promover - em parceria com conselhos de classe, organizações profissionais, associações nacionais de ensino e representações das instituições de ensino superior - seminários com os coordenadores de curso para discutir o impacto das avaliações sobre o ensino de graduação. Com o tema "Para melhorar, não basta avaliar", foram realizados seis seminários nacionais, envolvendo os cursos de Direito, Engenharia Química, Medicina Veterinária, Administração, Engenharia Civil e Odontologia. Estes eventos contaram com a participação maciça dos responsáveis pela coordenação didática e acadêmica dos cursos.

Uma das principais conclusões colhidas entre os participantes dos seminários é que os resultados do ENC podem, de fato, ser um instrumento importante para estimular e orientar a melhoria do ensino de graduação, principalmente no que diz respeito à atualização do currículo, reestruturação do projeto pedagógico dos cursos, prática docente e condições de oferta e de trabalho. O exame

também está provocando uma reformulação das formas de avaliação curricular do desempenho dos alunos, com enfoque voltado para as habilidades e competências adquiridas ao longo da trajetória acadêmica.

A segunda iniciativa adotada pelo INEP, em 1999, que valoriza a articulação com as instituições avaliadas e que incentiva o uso dos resultados do ENC, foi a reformulação do *Relatório da Instituição* e o seu envio antecipado aos coordenadores de cursos, pró-reitores de graduação, reitores e dirigentes. Com isso, quando os resultados gerais do ENC/1999 foram divulgados, na primeira quinzena de dezembro, cada instituição já havia recebido o relatório personalizado dos seus cursos avaliados. Esta medida foi muito bem recebida, conforme comprovado pelo depoimento de diversos dirigentes, contribuindo para fortalecer a relação de confiança entre o INEP e as instituições.

O *Relatório da Instituição* ganhou um novo *design*, mas a mudança mais importante foi a de conteúdo, com a ampliação das informações, permitindo um diagnóstico mais detalhado do curso. O relatório enviado para cada um dos 2.151 cursos avaliados apresentou o conceito obtido no exame, a nota média dos graduandos da instituição em cada questão de múltipla escolha, o percentual de respostas em cada alternativa do questionário socioeconômico e as respostas dadas à pesquisa que colheu as impressões dos graduandos sobre a prova. De posse destas informações, os coordenadores de curso e os dirigentes das instituições podem promover uma análise bastante criteriosa sobre o desempenho alcançado e sobre o perfil e as expectativas dos graduandos.

Dessa forma, pretende-se estimular as instituições a se apropriarem dos seus resultados e a promoverem discussões internas sobre como enfrentar e corrigir as deficiências identificadas. As inovações quanto à forma e ao conteúdo do Relatório da Instituição obedecem à mesma orientação geral de dar o máximo de publicidade e transparência às informações, exceto aquelas referentes aos resultados individuais, protegidas pelo sigilo prescrito pela Lei nº 9.131, de 1995, §§ 4º e 5º.

2.9 - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Outra importante iniciativa desencadeada em 1999, diretamente vinculada ao processo de aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e monitoramento do desempenho do ensino superior, foi o desenvolvimento do projeto de Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIEd-Sup), que será implantado a partir de 2000.

Esta proposta, coerente com a política que vem sendo implementada pelo Ministério da Educação, atende aos seguintes objetivos: criar uma base única de dados e indicadores da educação superior; eliminar sobreposição de competências e simplificar o processo de coleta de informações junto às instituições de ensino superior; garantir maior transparência e facilitar o acesso da sociedade às informações sobre o perfil e o desempenho das instituições de ensino superior; subsidiar os processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento e reconhecimento das instituições; manter banco de dados atualizado e gerar informações que devem ser apresentadas anualmente pelas instituições por meio do Censo do Ensino Superior e Catálogo de Cursos.

A coordenação do processo de desenvolvimento e implantação do SIEd-Sup, que obedece à determinação do ministro da Educação, foi delegada ao INEP. A iniciativa envolve diretamente, no entanto, SESu/MEC, CAPES, CNPq, CNE e representações nacionais das instituições de ensino superior. Em 1999, a

proposta foi elaborada, com a participação de consultores externos e especialistas em ensino superior, iniciando-se um processo de discussão com os diferentes segmentos ligados a área.

A partir das sugestões colhidas por meio destas consultas, o projeto do SIEd-Sup será consolidado e implantado a partir deste ano. Paralelamente ao desenvolvimento desta proposta, que tem prazo de execução de três anos, o INEP iniciou um processo de redefinição do instrumento de coleta e dos procedimentos utilizados na realização do censo, que a partir de 2000, terá seu escopo ampliado, pois incluirá informações não só da graduação, mas também da pós-graduação, da pesquisa da extensão realizadas pelas instituições de ensino superior do País. Esta iniciativa também envolve forte interlocução com as instituições envolvidas com o projeto do SIEd-Sup e com as representações da área do ensino superior. Entre os avanços alcançados em 1999, destaca-se a revisão e implantação do novo mecanismo de coleta dos dados, via Internet.

2.1 D - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O projeto de avaliação desenvolvido pelo INEP de maior tradição é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que no ano 2000 comemora dez anos da sua primeira aplicação, em 1990. Concebido como um sistema de avaliação de larga escala, o SAEB surgiu como uma tentativa precursora no Brasil de se criar um mecanismo adequado para avaliar a efetividade dos sistemas de ensino, com enfoque na qualidade, eficiência e equidade.

Esta iniciativa respondia ainda a uma demanda social por maior transparência do Poder Público e por maior participação no processo decisório, especialmente na área social, que ganhou intensidade na década de 80, com a redemocratização do País. A implantação do SAEB enfrentou como grandes desafios iniciais - além da falta de *expertise* nacional na área de avaliação em larga escala - as dificuldades inerentes à natureza descentralizada do sistema educacional brasileiro e à grande autonomia de Estados e municípios, seguindo o novo padrão do sistema federativo adotado pela Constituição de 1988.

Tendo sobrevivido às vicissitudes iniciais, criadas sobretudo pela descontinuidade administrativa que caracterizou a primeira metade da década de 90, o SAEB manteve surpreendente regularidade, realizando levantamentos a cada dois anos, exceto entre o primeiro e o segundo, que teve um intervalo de três anos.³ Desde que foi criado, o SAEB passou por sucessivos aperfeiçoamentos metodológicos, com maior profundidade a partir de 1995. Além de verificar o desempenho dos alunos, por meio da aplicação de testes de rendimento, o SAEB pesquisa os fatores socioeconômicos e contextuais que incidem na aprendizagem. Estes fatores aparecem agrupados em quatro áreas de observação: aluno, professor, escola e gestão escolar.

As avaliações de desempenho - que visam aferir a proficiência do aluno, entendida como um conjunto de competências e habilidades evidenciadas pelo rendimento dos estudantes nas disciplinas avaliadas - são aplicadas numa amostra representativa das redes de ensino, pública e privada, das 27 unidades da Federação. O levantamento abrange três séries tradicionalmente

³ O que pode ser explicado pela instabilidade da administração federal no ano de 1992, que culminou com a mudança de governo em setembro, após o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor (1990-1992).

associadas ao final de um ciclo de escolaridade: a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio. Também são aplicados questionários em uma amostra de professores e diretores, obedecendo ao mesmo critério estatístico que assegura a representatividade das redes de ensino de todos os Estados e do Distrito Federal.

O desempenho dos alunos, em cada uma das disciplinas avaliadas, é apresentado em uma escala de proficiência, que pode variar de 0 a 500 pontos. Cada disciplina tem uma escala específica, não sendo comparáveis as escalas de diferentes disciplinas. A média de proficiência obtida pelos alunos de cada uma das três séries avaliadas indica, portanto, o lugar que ocupam na escala de cada disciplina. A descrição dos níveis de proficiência nas escalas indica o que os alunos demonstram efetivamente saber e foram capazes de fazer nos testes aplicados.

Em 1999, o SAEB realizou o seu quinto levantamento nacional consecutivo - os anteriores foram em 1990, 1993, 1995 e 1997. Participaram da amostra do SAEB/1999 um total de 360.451 alunos, distribuídos em 7.011 escolas públicas e privadas, sendo 133.143 da 4ª série, 114.516 da 8ª série do ensino fundamental e 112.792 da 3ª série do ensino médio. Em relação ao levantamento anterior, de 1997, o número de alunos incluídos na amostra do SAEB/1999 apresentou um crescimento de 115,6%. Esta expansão da amostra teve como objetivo garantir maior confiabilidade na comparação do desempenho por UF e por rede de ensino. Também foram pesquisados 44.251 professores e 6.800 diretores de escolas.

Outra novidade no SAEB/1999 foi o aumento do número de disciplinas avaliadas, com a inclusão de Geografia e História, que se somaram às disciplinas de Português, Matemática e Ciências para os alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, e de Português, Matemática, Biologia, Física e Matemática, para os alunos da 3ª série do ensino médio. Os testes e os questionários do SAEB/1999 foram aplicados na última semana de outubro, com a colaboração das secretarias estaduais de educação. A pesquisa, pela sua dimensão, envolveu um planejamento logístico complexo, que mobilizou cerca de quatro mil aplicadores e 130 supervisores de campo - além dos coordenadores e supervisores de operação do consórcio Fundação Carlos Chagas e Fundação Cesgranrio, contratado para a elaboração e correção das provas e operacionalização do levantamento de campo.

Concomitantemente com a implementação do SAEB/1999, o INEP também deu continuidade ao trabalho de disseminação dos resultados do SAEB/1997 junto aos sistemas de ensino. Esta ação, desenvolvida em articulação com as secretarias estaduais de educação, faz parte do esforço permanente para fazer com que as avaliações tenham impacto sobre as redes de ensino e passem a fazer parte do cotidiano das escolas, incentivando a adoção de novas práticas pedagógicas e de gestão com vistas à melhoria do ensino.

Outra iniciativa importante, articulada ao SAEB, é o desenvolvimento do Banco Nacional de Itens (BNI), que pretende colocar à disposição de Estados e municípios itens de prova calibrados e pré-testados, apoiando a implantação de sistemas próprios de avaliação em suas redes de ensino. Em 1999, dois passos importantes foram dados para que este objetivo fosse alcançado: a realização de oficina de capacitação de professores para a construção de itens e a estruturação e informatização do BNI. O INEP aproveitou a realização do SAEB/1999 para pré-testar cerca de dois mil itens. Ao mesmo tempo que este projeto vai avançando, o INEP já dá assessoramento a projetos estaduais e municipais de avaliação, sempre que solicitado.

2.1 1 - PROJETOS E ESTUDOS INTERNACIONAIS

A experiência adquirida pelo INEP na área de avaliação e de produção de estatísticas e indicadores educacionais abriu as portas para a participação do Brasil em projetos e estudos internacionais. Isso se deu à medida que o País passou a contar com um eficiente sistema de informações, que abrange todos os níveis e modalidades de ensino, da educação infantil à pós-graduação, capaz de responder às exigências para fazer parte de estudos comparados, seguindo metodologias e padrões internacionalmente aceitos.

Pelo menos quatro fatores foram determinantes para os avanços alcançados pelo Brasil nesta área: uma clara diretriz de governo sobre a importância estratégica de se criar mecanismos de avaliação para o monitoramento dos sistemas de ensino, num contexto de acentuada descentralização e pronunciadas desigualdades regionais; a forte liderança do Ministério da Educação na condução desta iniciativa e o esforço permanente de parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação; a intensa cooperação internacional, com os objetivos de adquirir conhecimento, compartilhar experiências e expor o Brasil a comparações com outros países; por fim, o apoio da opinião pública à realização de avaliações sistemáticas sobre o desempenho das instituições de ensino.

A participação nestas iniciativas traz pelo menos duas grandes vantagens ao País: a primeira é a possibilidade de cooperação técnica, numa área que exige constante aprimoramento metodológico; a segunda é a possibilidade de situar o desempenho do sistema educacional nacional frente a outros países. Ao inserir-se em projetos internacionais, o Brasil também passou a influir na definição dos indicadores e no tratamento das informações, garantindo instrumentos e enfoques que contemplam a diversidade dos países envolvidos e que permitam um diagnóstico mais preciso das suas realidades educacionais.

O principal benefício auferido pelo País tem sido a apropriação de metodologia para a produção de indicadores com comparabilidade internacional. A primeira iniciativa importante nesta área da qual o Brasil passou a fazer parte em 1997, como país convidado, conforme já foi mencionado, é o Projeto WEI - *World Educational Indicators*, promovido pela Unesco/OECD. Esta participação garantiu ao INEP uma grande oportunidade de conhecer e produzir indicadores educacionais seguindo parâmetros técnicos já consolidados em estudos internacionais comparados.

Até então, o incurso do Brasil em comparações internacionais se limitava ao envio de informações parciais para o anuário de estatísticas educacionais da Unesco. Na produção dos indicadores mais sofisticados compreendidos pelo Projeto WEI, tornou-se necessária a realização de parcerias entre o INEP coordenador nacional do projeto, e outras instituições da área.⁴ Dessa forma, o desenvolvimento deste projeto estimulou a articulação de diferentes agências e incentivou debates sobre conceitos e metodologias utilizadas na produção de indicadores educacionais. Um *workshop* com este objetivo foi promovido pelo INEP em parceria com a Unicamp, em maio de 1999, em Campinas (SP). O engajamento no Projeto WEI levou ainda à incorporação de novas variáveis aos instrumentos de coleta que vinham sendo utilizados pelo INEP em seus levantamentos estatísticos.

Como resultado deste trabalho, pela primeira vez, o Brasil passou a figurar no conceituado anuário *Education at a Glance*, que apresenta os indicado-

⁴ Foram realizadas parcerias com o IBGE com a finalidade de obter dados referentes ao contexto social, econômico e demográfico e com o IPEA para a criação de um Sistema de Informações Financeiras da Educação.

res educacionais dos países-membros da OCDE e - a partir da edição de 1998 - dos participantes convidados do projeto WEI. Outras iniciativas para o desenvolvimento de sistemas integrados de indicadores educacionais estão sendo patrocinadas pelos fóruns de cooperação bilateral dos quais o Brasil faz parte. A primeira delas surgiu em 1997, no âmbito do Mercosul, através da definição de um conjunto básico de indicadores educacionais, a partir dos quais os países da região pretendiam estabelecer um sistema comum de informações. Destaca-se ainda um projeto regional em andamento envolvendo os países signatários da Convenção Andrés Bello - CECAB (Colômbia, 1998), que tem como objetivo a elaboração de uma proposta de trabalho para a produção de indicadores educacionais para a região.

Iniciativa mais ambiciosa está sendo articulada sob a égide da Cúpula das Américas que, em seu Plano de Ação, aprovado na segunda reunião de presidentes e chefes de Estado, realizada em Santiago (1998), definiu uma linha específica voltada para a Avaliação e Indicadores Educacionais. O Brasil, além de coordenar essa linha de ação, por meio do INEP, é também responsável pela elaboração do projeto de Avaliação, e o Chile foi designado como responsável pelo projeto de indicadores. Ambas as propostas deverão ser discutidas e aprovadas em foros com a participação de todos os países da região.

A incorporação desta linha de ação no Plano de Ação da Cúpula das Américas cria condições para que seja ampliada a experiência que vinha sendo desenvolvida pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE), criado em novembro de 1994, por iniciativa da Oficina Regional de Educação da Unesco para a América Latina e o Caribe (OREALC). O primeiro estudo internacional comparado contou com a participação de 14 países da região.⁵ Os testes, aplicados em outubro de 1997, tiveram como objetivo avaliar o desempenho dos alunos da 3ª e 4ª séries do ensino fundamental nas disciplinas de Língua e Matemática. No Brasil, o estudo foi coordenado pelo INEP. A amostra pesquisada foi construída com escolas públicas e privadas dos Estados do Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais, selecionados por apresentarem características representativas das regiões a que pertencem.

Os resultados desta pesquisa comparada, divulgados no segundo semestre de 1998, permitiram classificar os países participantes em três categorias, segundo a relação das respectivas medianas em comparação com a média regional. Na primeira, o grande destaque foi Cuba, que obteve resultados significativamente superiores aos dos demais países. O Brasil ficou posicionado na segunda categoria, juntamente com o Chile e a Argentina. Em três dos quatro resultados apresentados, o Brasil obteve médias superiores à média regional.

Outro estudo comparado de maior amplitude, do qual o Brasil está participando, é o Projeto PISA 2000 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), coordenado pela OCDE. Esta avaliação, que envolve 32 países,⁶ tem como objetivo medir a *literacy* em Leitura, Matemática e Ciências. Trata-se de uma aferição ampla dos conhecimentos, habilidades e competências inseridos no contexto destas áreas. O PISA vai aplicar três baterias de testes. Os levantamentos serão realizados a cada três anos, tendo início no ano 2000, quando o domínio

⁵ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela.

⁶ Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Jordânia, Letônia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Reino Unido, Rússia, Suécia, Suíça, República Checa e Turquia.

principal avaliado será o de Leitura, dado que esta é a habilidade básica da qual depende o desenvolvimento de outras competências. No Brasil, a aplicação será realizada em outubro e contará com a participação de, no mínimo, 4.500 alunos e 150 escolas.

Os instrumentos básicos utilizados para coleta dos dados serão os Cadernos de Testes, os quais contêm itens relacionados com os três domínios acima citados e Questionários, os quais visam obter dados socioeconômicos e culturais dos alunos e das escolas que participarão do programa. Com vistas a garantir a qualidade e a efetividade dos referidos instrumentos, bem como dos procedimentos de campo, foi realizada, em 1999, a pré-testagem dos mesmos em todos os países participantes.

A participação brasileira nestes projetos reafirma, portanto, a preocupação com a estruturação de um sistema nacional de informações educacionais e de avaliação, onde o intercâmbio de experiências e a geração de indicadores com comparabilidade internacional e de padrões, que permitam comparar o desempenho dos alunos, são de fundamental importância para o monitoramento do desempenho dos sistemas de ensino e para a formulação de políticas educacionais pautadas pela redução das desigualdades e pela promoção da melhoria da qualidade do ensino.

Cabe destacar ainda que, tanto no Projeto WEI quanto no PISA 2000, o INEP representa o Brasil nos respectivos conselhos dos países participantes. A projeção internacional alcançada pela participação nestas iniciativas levou a presidente do INEP a ser eleita por unanimidade, em novembro de 1999, durante conferência geral da Unesco, como representante da América Latina e do Caribe no Conselho de Administração do Instituto Internacional de Estatísticas Educacionais.

Z.1Z - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA TODOS - EFA 2000

Por delegação do ministro da Educação, em 1999, o INEP coordenou o processo de avaliação da Educação para Todos e de elaboração do informe nacional sobre esta iniciativa, lançada em 1990, durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Na prática, esta avaliação implicou fazer um balanço abrangente do desempenho educacional do País na década de 90. O desenvolvimento deste trabalho contou com o apoio efetivo das representações dos organismos internacionais, cabendo destacar, especialmente, a cooperação da Unesco e do Unicef.

Seguindo as orientações do próprio ministro e as diretrizes gerais propostas pelo Fórum de Educação para Todos, da Unesco, coordenador da avaliação do EFA 2000, o INEP procurou promover um processo participativo, envolvendo as diferentes instâncias de governo responsáveis pela educação básica - por meio das secretarias estaduais e municipais de educação, representadas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e os fóruns nacionais dos conselhos estaduais e municipais de educação, representações nacionais dos segmentos da área da educação, organizações não-governamentais e, conforme já mencionado, organismos internacionais.

Para coordenar a avaliação do EFA 2000, o INEP criou uma comissão nacional, integrada por representantes do MEC e das instituições e segmentos já relacionados. O ponto alto desta mobilização foi a realização, em junho de 1999, do I Seminário Nacional sobre Educação para Todos, durante o qual foram apre-

sentados e discutidos documentos e análises elaborados pelos diferentes atores, manifestando seus pontos de vistas em relação aos resultados alcançados pelo Brasil na implementação das metas e compromissos de Jomtien. O debate, plural e democrático, enfatizou tanto os avanços educacionais realizados pelo País quanto as deficiências que o sistema ainda apresenta e o longo caminho que resta percorrer para que seja alcançada a meta de garantir oportunidades de aprendizagem para todos e educação de qualidade para todos.

O *Informe Nacional EFA 2000: Educação para Todos - Avaliação do Ano 2000*, encaminhado à Unesco, em setembro de 1999, apresenta uma visão geral sobre o panorama educacional do Brasil no final da década, destacando as estratégias adotadas e os progressos alcançados, sem omitir os desafios que ainda devem ser vencidos. Um dos aspectos mais enfatizados foi a mobilização da sociedade brasileira em torno dos objetivos de educação para todos e o surgimento, na década de 90, de um conjunto expressivo de ONGs e de organizações empresariais com a atuação voltada para a área da educação. Este movimento, que incorpora diferentes segmentos sociais, somado à maior eficácia das políticas governamentais, especialmente a partir de 1995, explica os importantes avanços educacionais alcançados pelo Brasil na década.

2.1 3 — POLÍTICA DE DISSEMINAÇÃO

Todas as ações desenvolvidas pelo INEP adquirem significado e relevância social à medida que se articulam com os sistemas de ensino e que os seus resultados atingem os diferentes atores e cheguem aos diversos níveis de gestão e até a ponta do sistema, isto é, nas escolas. Por isso, a política de disseminação de informações é considerada estratégia na atuação do INEP e tem merecido especial atenção. Conforme já foi observado, seguindo uma diretriz estabelecida pelo Ministério da Educação, o pressuposto básico dessa política é garantir total transparência e facilidade de acesso às informações.

Este objetivo tem sido perseguido por meio do esforço permanente de consolidação de um sistema de informações articulado e integrado, que permita amplo acesso a todas as informações geradas pelo INEP. Em primeiro lugar, este sistema cumpre a função de subsidiar o processo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais, em seus diferentes níveis de gestão.

Em segundo lugar, oferece aos pesquisadores e especialistas na área facilidade de obtenção de dados e informações para o desenvolvimento de estudos e análises, contribuindo assim para a geração de conhecimento. Por último, e não menos importante, permite aos diferentes atores sociais e à sociedade de modo geral manterem-se informados sobre o desempenho do sistema educacional, incentivando maior participação e mobilização em prol da melhoria do ensino em seus diferentes níveis.

Um dos principais agentes do processo de disseminação, conforme já foi referido anteriormente, é o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC), unidade especializada na difusão das informações sobre educação produzidas pelo INEP e outras processadas por instituições nacionais e internacionais. O sistema de informações desenvolvido pelo CIBEC permite a disseminação em diversas mídias e oferece a possibilidade de acesso assistido, seja por meio da atuação de monitores ou por meio de treinamento. Dessa forma, o CIBEC atua tanto como provedor de informações quanto como facilitador do acesso a diferentes bases de dados. Para desempenhar este duplo papel,

foram criadas uma série de ferramentas de pesquisa, disponibilizadas por meio da página WEB do INEP.

A principal iniciativa implementada nesta área, em 1999, foi o Programa de Legislação Educacional Integrada (ProLEI), lançado em dezembro, quando o CIBEC disponibilizou um aplicativo, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), que permite pesquisar a legislação educacional federal, que inclui medidas provisórias, leis, decretos, portarias, resoluções. Na primeira fase do ProLEI, foram catalogadas e indexadas 217 normas editadas a partir de 1996, quando foi sancionada a nova LDB (Lei nº 9.394). Gradualmente, o programa deverá incorporar toda a legislação anterior à nova LDB que permanece em vigor. Em menos de dois meses desde o seu lançamento, o ProLEI já recebeu mais de dez mil consultas.

A importância da Internet na política de disseminação já foi suficientemente ressaltada. Cabe, no entanto, destacar ainda a linha editorial do INEP que cumpre igualmente um papel fundamental na divulgação dos resultados das avaliações, levantamentos censitários e estudos realizados. Nesta área, houve igualmente um enorme crescimento da demanda, o que tem obrigado o INEP a aumentar a tiragem das suas publicações e diversificar a sua produção editorial - sem descuidar das suas publicações tradicionais, especialmente a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP* e o *Em Aberto*. Ao contrário, tem havido um esforço permanente de renovação e aprimoramento destes periódicos.

As principais inovações na linha editorial, no entanto, envolveram as chamadas publicações institucionais, constituídas pelos relatórios técnicos das avaliações - SAEB, ENC e ENEM -, pelos relatórios e sinopses estatísticas dos censos educacionais - Censo Escolar, Censo da Educação Superior e censos especiais - e pelos títulos avulsos de documentos e estudos produzidos pelo INEP. A produção nesta área reflete a importância e a visibilidade das avaliações e levantamentos estatísticos realizados pelo INEP. Em 1999, as publicações institucionais somaram uma tiragem superior a 160 mil exemplares.

Contudo, se considerarmos toda a produção editorial do INEP no período, incluindo materiais de divulgação, como a Revista do Provão, o total de exemplares ultrapassa a casa de um milhão. Só o Setor de Distribuição do INEP expediu, em 1999, cerca de 940 mil publicações. É importante enfatizar que, conforme já foi dito, as publicações editadas pelo INEP a partir de 1997 também são disponibilizadas na Estante Virtual mantida no *site* da Internet. Com isso, a produção editorial atinge um público bem mais amplo a um custo significativamente mais baixo.

Por último, outro importante espaço utilizado pelo INEP para a divulgação e disseminação de seus produtos editoriais e das informações que produzem são os eventos dos quais participa ou promove - como reuniões, *workshops*, encontros, seminários, conferências, oficinas e exposições. Em 1999, o INEP promoveu nove seminários nacionais - seis ligados aos cursos avaliados pelo ENC, um sobre o ENEM, um sobre avaliação de educação para Todos (EFA 2000) e um sobre produção e disseminação de informações educacionais, em conjunto com o COMPED - e, em parceria com a SEF, SEMTEC e SESu, um seminário internacional sobre desenvolvimento profissional de professores e garantia de qualidade na educação. Além disso, promoveu uma série de *workshops* e oficinas de trabalho diretamente ligadas ao desenvolvimento dos seus projetos. O INEP também esteve presentes nos principais eventos nacionais na área da educação, geralmente montando um estande em parceria com o MEC.

2.14 — ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

Conforme já foi observado, a natureza das atividades desenvolvidas pelo INEP associada às características do sistema educacional brasileiro, marcado pela acentuada descentralização e ampla autonomia dos Estados e municípios, exige um esforço permanente de articulação institucional para adquirirem viabilidade e eficácia. Em 1999, foram implementadas algumas iniciativas importantes com o intuito de reforçar e institucionalizar os mecanismos de articulação entre o INEP e os seus principais parceiros.

Antes de enumerá-las, porém, cabe destacar que quando se deu a sua transformação em autarquia federal, em 1997, a nova estrutura regimental do INEP incorporou um Conselho Consultivo composto por nove membros, dos quais quatro representantes da sociedade civil, escolhidos entre profissionais de notório saber e vinculação orgânica com a educação. A criação deste conselho - que tem como principais atribuições manifestar-se sobre a alienação e aquisição de patrimônio, opinar sobre o plano de trabalho anual e examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas do INEP - representou uma importante inovação, atendendo ao clamor da sociedade por maior transparência das instituições públicas.

Com o objetivo de fortalecer este perfil e criar canais institucionais que garantam uma participação mais efetiva dos diferentes atores governamentais e sociais no desenvolvimento dos seus projetos, o INEP instituiu, em 1999, os seguintes colegiados, com representação externa: Comitê Técnico do Exame Nacional do Ensino Médio (COTENEM), criado pela Portaria nº 6, 09 de fevereiro; Comitê Consultivo do Exame Nacional do Ensino Médio (COENEM), criado pela Portaria nº 31, de 6 de abril; e Comitê de Acompanhamento do Censo Escolar (COMCENSO), criado pela Portaria nº 37, de 29 de abril. Além disso, por meio da Portaria Ministerial nº 839, de 26 de maio de 1999, foi instituído o Comitê Consultivo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (COMSAEB).

Com exceção do COTENEM que, como o próprio nome sugere, tem um perfil técnico e como atribuição assessorar o desenvolvimento do ENEM, os demais comitês foram criados com um perfil mais político, com o objetivo de fortalecer a sustentação institucional dos projetos desenvolvidos pelo INEP. Por isso, o COTENEM, o COMSAEB e o COMCENSO reúnem representantes dos sistemas estaduais e municipais da educação, indicados pelo CONSED e UNDIME, e representantes dos demais segmentos da área educacional. O INEP promoveu, em 1999, duas reuniões com cada um destes comitês, dando ciência e discutindo os procedimentos e o cronograma de execução de cada projeto.

Cabe ainda assinalar que para acompanhar o desenvolvimento do projeto do SIEd-Sup, em 1999, foram constituídos dois comitês, embora sem formalização legal: um comitê político - integrado por representantes do INEP, SESu, CNE, CAPES, CNPq, CRUB e associações nacionais ligadas ao ensino superior - e um comitê técnico, constituído por especialistas das áreas de ensino superior, estatística e informática.

Com a instalação destes comitês, todos os projetos do INEP passaram a contar com canais institucionais de articulação com os principais parceiros. No Exame Nacional de Cursos (ENC), já estão consolidadas as Comissões de Curso, que desempenham um importante papel na definição das diretrizes para a elaboração das provas e questionários de pesquisa, no acompanhamento e avaliação do processo. Estas comissões, criadas por portaria ministerial, são formadas por sete professores de cada área avaliada, com larga experiência no ensino

de graduação. A escolha é feita a partir de indicações dos conselhos federais, associações nacionais de ensino, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e comissões de especialistas da SESu.

Outra iniciativa importante do INEP consolidada em 1999, é o Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED), criado em 1997. Este comitê, precursor das iniciativas mais recentes, tem como finalidade promover a articulação entre produtores de informações na área educacional, bem como constituir um sistema integrado de disseminação de informações especializadas. Participam do COMPED, além do próprio INEP, as seguintes instituições: Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), Ação Educativa, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), CNPq, CONSED, CAPES, Fundação Carlos Chagas, Cesgranrio, IPEA, PNUD e UNDIME.

Finalmente, cabe ainda reiterar, do ponto de vista das articulações institucionais do INEP as parcerias com o IBGE e com o IPEA, fortalecidas em 1999, mediante estabelecimento de uma cooperação mais efetiva no compartilhamento de bases de dados e no desenvolvimento de metodologia para estudos sobre financiamento e gasto da educação. Outro elo importante são as parcerias com organismos internacionais, ampliadas pelo envolvimento do INEP com diversas iniciativas de cooperação bilateral e multilateral e com a realização de estudos e pesquisas comparadas.

Z.15 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

O esforço empreendido pelo INEP no fortalecimento dos mecanismos de articulação externa tem correspondido a igual prioridade atribuída aos mecanismos de articulação interna. Em 1999, o INEP deu particular atenção ao estreitamento das relações com as secretarias e órgãos vinculados ao Ministério da Educação. Uma importante iniciativa neste sentido foi o *Programa Conheça a Educação*, desenvolvido pelo CIBEC com o objetivo de incentivar o intercâmbio e a disseminação de informações, projetos, programas e ações de instituições envolvidas com o processo educacional, em seus mais variados aspectos.

Embora aberto ao público externo e à participação de outras instituições, públicas, privadas e não-governamentais com atuação na área da educação, esta iniciativa atendeu mais diretamente aos técnicos e dirigentes do MEC. O programa organizou um calendário de eventos temáticos associados a datas comemorativas relacionadas com a educação, promovendo conferências, seguidas de debate, sobre questões como analfabetismo, formação de professores, educação indígena, e incentivo à leitura, e sobre políticas públicas e iniciativas educacionais do chamado terceiro setor. Outra ação desenvolvida pelo CIBEC, igualmente voltada para os servidores do MEC, foi o treinamento de usuários para utilização das suas bases de dados e ferramentas de pesquisas.

O INEP também procurou estabelecer, em 1999, uma articulação mais efetiva dos órgãos do MEC que usam as informações produzidas como base para seus programas. Um dos principais usuários é o FNDE, com o qual tem havido um entrosamento bastante satisfatório. Entre os serviços prestados pelo INEP destacam-se as estimativas de matrícula para os programas do Livro Didático e da Merenda Escolar e o suporte permanente para acesso e interpretação da base de dados do SIEd. Em contrapartida, o INEP recebe recursos, transferidos mediante

convênios, para execução de alguns projetos, entre os quais o próprio Censo Escolar. Também houve um avanço na integração com as secretarias do MEC, com as quais o INEP coopera em diversas ações e das quais recebe indispensável apoio para o desenvolvimento dos seus projetos.

Já foram mencionadas as articulações mantidas com a SESu, fortalecidas em torno do projeto do SIEd-Sup. Há também uma relação muito estreita com a SEF e SEMTEC, nos projetos e atividades relacionadas com a educação básica. Com a SEED e a SEESP, o INEP mantém uma profícua parceria que envolve o provimento de informações e a colaboração em projetos específicos de estudos e pesquisas. Finalmente, cabe mencionar o Fundescola, que também utiliza as bases de dados do INEP, financia parte das suas atividades e mantém parceria na realização de pesquisa sobre o impacto das suas ações.

3

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS POR ÁREA

Depois da análise apresentada na sessão anterior sobre os resultados globais alcançados pelo INEP no exercício de 1999, este item traz uma descrição mais minuciosa das ações realizadas pelos órgãos singulares que compõem a sua estrutural regimental.

3.1 — DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - DAEB

A Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) tem como principal projeto sob sua responsabilidade o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que, conforme já foi observado, realiza levantamentos bianuais. Compete a esta diretoria:

- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de avaliação da educação básica;
- subsidiar, por meio de informações e dados resultantes de avaliações, a formulação e a implementação de políticas educacionais, na área da educação básica;
- promover o intercâmbio e a cooperação técnica com órgãos da administração pública, instituições de ensino e pesquisas nacionais e internacionais e entidades privadas, na área de avaliação da educação básica;
- apoiar a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de instituições especializadas na área de avaliação da educação básica;
- promover e estimular a disseminação dos resultados do SAEB e de estudos e pesquisas avaliativas para os agentes do sistema educacional e a sociedade em geral;

- manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC).

Em 1999, no exercício destas competências, a DAEB concentrou suas ações em quatro grupos principais de atividades, a saber:

- planejamento e aplicação do SAEB/99;
- análise e disseminação dos resultados do SAEB/97;
- desenvolvimento do Banco Nacional de Itens;
- acompanhamento e coordenação de projetos internacionais.

A seguir, são destacadas as principais ações executadas no desenvolvimento destas quatro macroatividades.

3.1.1 -SAEB/99

Como parte do processo de operacionalização do SAEB/1999, foi realizada uma licitação nacional, na qual saiu vencedor um consórcio formado pela Fundação Carlos Chagas e pela Fundação Cesgranrio.

Este consórcio, contratado para operacionalizar o SAEB/99, responsabilizou-se pela execução das seguintes ações:

- a) Diagramação e reprodução dos instrumentos (provas e questionários)
- b) Distribuição e recolhimento de material
- c) Treinamento de coordenadores estaduais, supervisores e aplicadores
- d) Aplicação de campo
- e) Processamento de dados e constituição das bases de dados

Ainda faltam as análises e relatórios que devem ser entregues pelo consórcio até junho de 2000.

Pela Diretoria, foram executadas diretamente as seguintes ações:

- a) Realização da primeira reunião do Comitê Consultivo do SAEB
- b) Elaboração do plano amostral
- c) Realização de quatro oficinas para montagem dos cadernos do SAEB
- d) Reuniões técnicas para revisão dos questionários

O quadro abaixo informa a amostra inicialmente planejada e o percentual de respondentes às provas do SAEB.

	4ª série do Ensino Fundamental	8ª série do Ensino Fundamental	3ª série do Ensino Médio	Total
Amostra Inicial (número de alunos)	133.138	114.516	112.803	360.457
Quantitativo de respondentes (*)	117.694	99.171	94.642	311.507
Percentual de respondentes	88,4%	86,6%	83,9%	86,4%

(*) dados a serem confirmados após checagem final
Fonte: DAEB/INEP/MEC

3.1.2 - Disseminação

- Publicação e distribuição de 10.000 exemplares do SAEB/97 - Primeiros Resultados ;
- Publicação e distribuição de 30.000 exemplares das Matrizes Curriculares de Referência do SAEB ;
- Apoio à produção de informações para o gabinete.

3.1.3 - Estudos e Análises

- Foi desenvolvido um estudo utilizando os resultados do SAEB/97 em Língua Portuguesa;
- Em andamento um outro estudo em cooperação com a Secretaria de Educação Fundamental - SEF/MEC. Esse trabalho tem como objetivo o estudo dos resultados de aproveitamento médio do SAEB/97, da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa.

3.1.4 - Banco Nacional de Itens - BNI

- Desenvolvimento de uma oficina com professores para a construção de itens. Nessa oficina foram adquiridos cerca de dois mil itens (2.000), que foram pré-testados junto com o SAEB/99;
- Estruturação do BNI e informatização da sua operacionalização;
- Realização de oficina de análise estatística de itens para o SAEB/99 com apoio de consultoria internacional;
- Realização de oficina para a montagem das provas do SAEB/99, com cerca de setenta (70) especialistas e dois mil e setecentos itens (2.700);
- Assessoramento para Estados e municípios em projetos estaduais e municipais. Nesse auxílio, foram fornecidos itens para provas de Língua Portuguesa e Matemática, guias de análise de item e de construção de item. Os municípios que demandaram ajuda foram: Campo Grande, Salvador e Juiz Fora (e municípios ao seu redor). Os Estados que solicitaram auxílio foram: Acre e Bahia.

3.1.5 - Projetos Internacionais

- 1 - PISA 2000
 - Realização do pré-teste.
 - Preparação do levantamento definitivo.
- 2 - OREALC
 - Preparação de informes para divulgação.
- 3 - Cúpula das Américas
 - Preparação de *workshop*.
- 4 - Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP
 - Elaboração de documento sobre as iniciativas de avaliação no Brasil.
- 5 - Acordo Bilateral Brasil-Estados Unidos
 - Preparação de relatório e reuniões técnicas.

3.2 - DIRETORIA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS - SEEC

A Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC) é responsável pela coordenação, em âmbito nacional, do Sistema Estatístico da Educação, desenvolvido mediante ação conjunta entre o MEC e as secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal. Seu objetivo é produzir dados e informações estatísticas sobre os estabelecimentos escolares, oferta e demanda de matrículas, rendimento e movimento dos alunos, qualificação do corpo docente e demais informações relevantes para subsidiar a formulação, implantação e monitoramento das políticas educacionais nos diversos níveis de governo.

De acordo com a Estrutura Regimental do INEP, são competências desta Diretoria:

- planejar, programar e propor ações voltadas à produção de dados estatísticos educacionais;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a coleta de dados e informações educacionais;
- promover, em articulação com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE e com outros órgãos públicos e privados, a coleta sistemática de estatísticas educacionais;
- divulgar informações e dados estatísticos referentes aos sistemas de ensino;
- manter atualizados os sistemas de informação e os bancos de dados relativos à área de atuação do INEP.

Em 1999, na consecução das finalidades acima descritas, o SEEC executou as ações sumariamente descritas a seguir.

3.2.1 - Atividades realizadas

a) Censo Escolar de 1998

- O relatório do Controle de Qualidade foi apresentado em fevereiro/99.
- A Sinopse Estatística da Educação Básica/98 foi elaborada entre março e abril e publicada em maio/99.

b) Censo Escolar de 1999

- De janeiro a abril/99 ocorreu a campanha para a sensibilização das instituições envolvidas.
- Foi feita a distribuição dos questionários em março/99.
- O módulo regional de entrada e consistência de dados já foi implantado em um terço das regionais de ensino do País, sendo que os Estados de São Paulo, da Bahia e do Tocantins tiveram, em 1999, todo o processo de apuração do Censo Escolar descentralizado em suas regionais.
- O módulo municipal de entrada e consistência de dados já foi implantado no município de São Paulo e São José dos Campos. O processo de descentralização teve o início do desenvolvimento e implantação-piloto em 1998 e continua em andamento, devendo se expandir em 2000.
- Assistência técnica contínua às unidades de estatística das secretarias estaduais.
- O processo de consistência de dados foi realizado de maio a agosto/99 nos Estados, sob a supervisão do INEP. À medida que esses dados foram

sendo enviados ao INEP, iniciou-se um novo processo de consistência, complementar ao primeiro, que durou de julho a setembro/99.

- A publicação dos resultados no Diário Oficial se deu no dia 28 de setembro.
- A análise dos recursos de revisão do Censo Escolar, previstos na legislação vigente, foi realizada durante os meses de outubro e novembro/99.
- Nos meses de outubro, novembro e dezembro, foram realizados a auditoria e o controle de qualidade.
- A correção do banco de dados, em função dos recursos e dos resultados da auditoria, foi realizada durante o mês de dezembro/99.
- A republicação dos resultados no Diário Oficial se deu na penúltima semana de dezembro.
- A Sinopse Estatística da Educação Básica/99 está em fase de elaboração, devendo estar concluída até março/2000, quando será enviada para publicação.
- Instalação de fórum permanente de discussão sobre as questões relativas ao Censo Escolar com a criação do Comitê de Acompanhamento do Censo Escolar, mediante Portaria nº 37/99, da Presidente do INEP. Foram realizadas duas reuniões do Comitê em 1999: uma, em 18 de maio para sua instalação e apresentação dos membros; e outra, em 20 de outubro para apresentação dos dados preliminares do Censo Escolar/99 e descrição do processo de controle de qualidade.

c) Censo Escolar de 2000

- O aprimoramento dos instrumentos de apuração dos dados deu-se por meio da realização de uma reunião técnica no período de 5 a 8 de outubro/99, na qual também foram discutidos os questionários do Censo da Educação Profissional, do Censo Escolar Indígena e do Censo Complementar da Educação Especial.

d) SAEMEC

- O processo de disponibilização do SAEMEC para implantação nas escolas está em andamento e já atingiu cerca de 8.000 escolas em todo o País.

e) Censo da Educação Profissional

- A discussão para a preparação do Censo foi feita por meio de reuniões com técnicos e dirigentes da Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, do PROEP/SEMTEC/MEC, do Ministério do Trabalho e de representantes do SistemaS.
- O período de coleta de dados foi de outubro a dezembro/99
- O relatório final está em fase de elaboração.

f) Censo Escolar Indígena

- A discussão para a preparação do Censo foi feita por meio de reuniões com técnicos da Coordenação da Educação Indígena da Secretaria de Educação Fundamental/MEC, com antropólogos e com representantes da FUNAI e de organizações não-governamentais.
- O processo de coleta de dados iniciou-se em dezembro/99 e deve se estender até fevereiro/2000.
- A elaboração do relatório final dar-se-á nos meses de março e abril/2000.

g) Censo Complementar da Educação Especial

- A discussão para a preparação do Censo foi feita por meio de reuniões com técnicos da Secretaria de Educação Especial/MEC.
- O processo de coleta de dados iniciou-se em dezembro/99 e deve se estender até março/2000.
- A elaboração do relatório final dar-se-á nos meses de abril e maio/2000.

h) Levantamento para o PROINFO

- O levantamento de dados para o PROINFO não ocorreu, já que a Secretaria responsável pelo programa desistiu do processo. No lugar do levantamento, foram incluídas questões específicas no Censo Escolar/99.

i) Censo da Educação Superior de 1997

- A Sinopse Estatística da Educação Superior/97 foi enviada para publicação em março/99.

j) Censo da Educação Superior de 1998

- O prazo final de apuração de resultados foi em fevereiro/99.
- A Sinopse Estatística da Educação Superior/98 foi enviada para publicação em setembro/99.

l) Censo da Educação Superior de 1999

- A coleta de dados iniciou-se em agosto/99. A apuração continua em andamento.

m) Censo da Educação Superior de 2000

- Um novo sistema de informação para a educação superior está sendo desenhado. Para isto, foi criada uma comissão que, durante o segundo semestre de 1999 estudou o problema, visitando a SESu, CAPES, CNE e o próprio INEP e em setembro apresentou sua proposta. Esta proposta foi discutida com os dirigentes do MEC, do INEP, do CNE e com as entidades representantes das IES.
- O desenvolvimento do novo sistema iniciou-se em dezembro deste ano e deverá ter seus primeiros resultados durante o próximo ano.

n) Atendimento de solicitações de usuários (não-estruturadas)

- Foram atendidas 1.800 solicitações no ano de 1999. Isso corresponde a uma média mensal de 150 atendimentos, superando a de 1998, que foi de 112.
- Principais usuários em 1999: FNDE/MEC, CISET/MEC, Secretarias do MEC, Programa Acorda, Brasil, Projeto Nordeste, Programa Fala, Brasil, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, CNE, CNTE, Comunidade Solidária, embaixadas, ministérios, Banco Mundial, IBGE, diversos pesquisadores e estudantes.

o) Financiamento e Gasto em Educação

- Desenvolvimento de um sistema de levantamento de informações sobre financiamento e gasto em Educação juntamente com o IPEA e o IBGE e apoio da Unicamp.

p) Indicadores Educacionais

- Participação no projeto-piloto de Indicadores Educacionais da Unesco/OCDE desde 1998. O relatório de 1999 está em fase final de elaboração, devendo ser concluído até fevereiro/2000.
- Participação no sistema de indicadores educacionais do Mercosul.
- Participação no desenvolvimento do sistema de indicadores educacionais da Cúpula das Américas.

Além dessas ações, a SEEC também é responsável pelo estabelecimento de normas e procedimentos para a integração e o desenvolvimento de sistemas de informação, fornecendo apoio às demais áreas do INEP para a informatização de funções de interesse corporativo e para o desenvolvimento de serviços e produtos informatizados.

Nesse sentido, a estrutura de Informática atingida pelo INEP no ano de 1999 foi concebida para atender às especificações de flexibilidade, segurança, totalmente administrável, alta *performance*, escalabilidade, sistema aberto, interatividade, distribuindo, alta confiabilidade e alto grau de independência tecnológica.

Esta arquitetura opera hoje com uma plataforma híbrida de sistemas operacionais, que são *UNIX Solaris*, *Linux* e *Microsoft Windows NT*. Esta concepção faz com que o nível de segurança operacional do sistema seja muito elevado, atingindo alta estabilidade em regime de funcionamento, devido ao uso do sistema *UNIX*. Portanto, no primeiro nível do sistema, operando em *UNIX*, estão localizados os servidores de alta *performance* com o sistema de tolerância a falhas, repositório de dados de alta capacidade e velocidade e sistema de cópia (*backup*) da rede como um todo.

Foi realizada a aquisição do banco de dados *Oracle* para Sistema Operacional *Solaris*, garantindo ao INEP uma maior disponibilidade, segurança e *performance* para os dados do INEP.

Seguem abaixo as principais atividades realizadas na área de informática no ano de 1999:

a) Redes de Comunicação de Dados

- Aquisição de equipamento e de *software*.
- Estabelecimento de rotinas para melhoria da *performance* da rede.
- Instalação de *links internet* com Embratel e RNP
- Suporte permanente a usuários.

b) Administração de Bancos de Dados

- Atividades rotineiras de administração de bancos de dados como realização de cópias de segurança (*Backup*), gerenciamento de usuários, gerenciamento de espaços físico em disco, ajuste para *performance* de aplicação e banco, suporte ao desenvolvimento de sistemas e ao usuário.
- Migração dos sistemas: Censo do Professor 1997; Sistema de Acompanhamento de Ações (SAA); SAEB para a *Sun-Solaris*.

c) Administração de Dados

- Elaboração e validação de modelos de dados para os subsistemas do SIEd desenvolvidos e mantidos pelo INEP bem como dos sistemas administrativos.

- Elaboração de Plano de Padronização de Documentação.

d) Desenvolvimento de Sistemas

- Definição de modelos de gerência e padronização de sistemas.
- Desenvolvimento e manutenção dos subsistemas do SIEd sob responsabilidade do INEP bem como dos sistemas administrativos da autarquia.

e) Suporte ao Usuário

- Serviços contínuos e permanentes de suporte prestados ao usuário.

3.3 — DIRETORIA DE AVALIAÇÃO E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR - DAES

A Diretoria de Avaliação e Acesso à Educação Superior (DAES) tem como principal projeto, sob a sua responsabilidade, o Exame Nacional de Cursos (ENC). Segundo o que estabelece a estrutura regimental do INEP, compete a esta diretoria:

- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização de exames nacionais de avaliação de cursos de graduação e de aptidão acadêmica de acesso ao ensino superior;
- coordenar o processo de aplicação de exames visando subsidiar o sistema nacional de avaliação dos cursos de graduação, de acordo com a legislação vigente;
- coordenar o processo de aplicação de exames de avaliação das aptidões acadêmicas do ensino médio, com vistas ao acesso ao ensino superior, de acordo com a legislação vigente;
- divulgar resultados e produtos referentes aos exames nacionais de avaliação de cursos de graduação e de aptidão acadêmica de acessos ao ensino superior;
- manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC).

As ações desenvolvidas pela DAES, em 1999, são sumarizadas a seguir.

3.3.1 - Principais realizações

A quarta edição do Exame Nacional de Cursos envolveu 13 áreas de graduação, 2.151 cursos e cerca de 160 mil graduandos em todo o País. Consolidada-se como instrumento fundamental do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior no fornecimento de informações que irão orientar políticas educacionais e subsidiar ações que visem à melhoria da qualidade do ensino.

As Comissões de Cursos permanecem desempenhando um papel essencial na implementação do Exame. Este ano, reuniram-se entre setembro de 1998 e março de 1999 para definir as diretrizes do ENC/99. Definiram, ainda, para as bancas responsáveis pela elaboração e correção das provas, orientações detalhadas de como deveriam ser as provas, o número e o tipo de questões a serem utilizados para verificar as habilidades e conteúdos estabelecidos. Após o Exame, participaram da definição final do padrão de respostas esperado das questões discursivas das provas e, em setembro, reuniram-se para avaliar todo o processo.

Cabe destacar, em 1999, a realização dos seminários "Para Melhorar Não Basta Avaliar" com a participação dos coordenadores e professores dos cursos de Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia. Os Seminários foram promovidos pelo INEP em parceria com o Conselho Federal de Administração - CFA, a Associação Nacional dos Cursos de Administração - ANCRAD, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura - CONFEA, a Associação Brasileira de Engenharia - ABENGE, o Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro - CRMV-RJ, o Conselho Federal de Odontologia - CFO e a Associação Brasileira de Ensino de Odontologia.

Foram seis os eventos organizados, com os seguintes objetivos:

- Analisar o Exame Nacional de Cursos, no contexto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, a partir de resultados de cursos com, pelo menos, dois anos dessa avaliação;
- Analisar as potencialidades do ENC, como elemento auxiliar na gestão do ensino, para subsidiar uma política de melhoria de Cursos de Graduação;
- Discutir com os Coordenadores de Cursos das instituições a utilização de resultados do ENC no desenvolvimento de ações que visam à melhoria de qualidade dos respectivos cursos;
- Colher subsídios para aprimorar a sistemática de planejamento e execução do ENC.

Seminário	Data de realização	Local	Nº de participantes
Engenharia Química	10/05/99	Rio de Janeiro - RJ	70
Medicina Veterinária	12/05/99	Rio de Janeiro - RJ	71
Direito	26/05/99	Cuiabá - MT	307
Odontologia	03/08/99	Gramado - RS	168
Administração	18/08/99	Brasília - DF	439
Engenharia Civil	16/09/99	Natal - RN	66

É importante ressaltar, ainda, os instrumentos utilizados pela DAES/ INEP para levar informações sobre o Exame Nacional de Cursos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

- Informativos do Provão: lançados em abril e maio e elaborados por curso, foram destinados, principalmente, aos graduandos e continham informações gerais sobre o ENC/99, tais como conteúdos a serem abordados, formato das provas, horário e material a ser utilizado.
- Revista do Provão: enviada, no mês de maio, a todos os graduandos e instituições participantes do Exame, apresentou entrevistas e matérias de interesse da comunidade acadêmica, além de informações sobre o ENC/99.
- Relatório-Síntese: relatório que sintetiza os trabalhos e resultados do ENC, lançado em dezembro, tem se consolidado como fonte permanente de consulta para as instituições de ensino superior, especialistas e sociedade em geral.
- Relatório da Instituição: relatório individual, enviado a cada instituição participante do ENC, também em dezembro, apresenta dados detalhados

sobre o desempenho de cada curso e comparações com o desempenho dos cursos do Brasil, da Região, do Estado e da dependência administrativa a que pertencem. Apresenta não somente os resultados de 1999, mas também os resultados dos Exames anteriores.

- Boletim de Desempenho do Graduando: boletim individual de desempenho, enviado exclusivamente a cada aluno participante do Exame, contém a média geral e dados do Brasil, da Região e do Estado, o que possibilita fazer comparações.

3.3.2 - Atividades realizadas

a) Planejamento para 1999

Programa 1: Exame Nacional de Cursos - ENC

Ação 1: Definição de Diretrizes do Exame de 1999

Elaboração e publicação das Portarias com as diretrizes dos dez cursos já avaliados pelo ENC e realização de reuniões com as Comissões dos 13 cursos participantes do ENC/99 com as bancas elaboradoras das provas.

Ação 2: Realização do Exame de 1999

Coordenação do processo de inscrição no ENC/99 e da preparação para aplicação do Exame (indicação de observadores, divulgação dos locais de prova, plantões, coordenação da aplicação e da divulgação de informações sobre a aplicação);

Avaliação das provas e instrumentos do ENC pelas Comissões e pelos coordenadores de cursos;

Coordenação do processo de correção das provas.

Ação 3: Divulgação

Elaboração da Revista do Provão, dos Informativos do Provão, do Relatório-Síntese, do Relatório da Instituição e do Boletim de Desempenho do Graduando.

Ação 4: Encontros e Seminários

Realização de seis seminários com os coordenadores dos cursos de Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química e Veterinária.

Ação 5: Estudos e Pesquisas

Contratação de convênios para a realização de estudos e pesquisas com os dados relativos aos exames.

Ação 6: Programação do Exame de 2000

Definição dos cursos e das Comissões para o ENC/2000;

Realização das reuniões para definição das diretrizes para o ENC/2000

b) Realizado em 1999

As ações planejadas para o ano de 1999, com exceção da ação nº 5, relativa à realização de estudos e pesquisas com os resultados dos exames, foram desenvolvidas de acordo com o planejamento. Todas as ações realizadas constavam do planejamento.

3.4 — C O O R D E N A Ç Ã O - G E R A L D O E X A M E N A C I O N A L , D O E N S I N O M É D I O - E N E M

A Coordenação-Geral do Exame Nacional do Ensino Médio, formalmente vinculada à Diretoria de Avaliação e Acesso à Educação Superior (DAES), tem permanecido subordinada diretamente à Presidência do INEP, tendo em vista a importância atribuída ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), implantado em 1998.

Este exame é resultado do firme compromisso da atual gestão do Ministério da Educação (MEC) com a qualidade do ensino no País. O exame se encontra inserido em uma proposta de avaliação periódica do Ensino Médio; apresentando, porém, perfil próprio.

O ENEM propõe-se a avaliar de forma abrangente os indivíduos, apontando não só para os conteúdos, mas também para as competências e habilidades. Isto implica um novo papel para o ensino médio, enquanto fornecedor de alicerces para o desempenho da cidadania, princípio amplamente contemplado no texto da Reforma do ensino médio. Ao mesmo tempo, renova as escolas, estimulando a interdisciplinaridade e a contextualização, adotando práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento das competências básicas.

Além disso, o exame parte da firme constatação de que não podemos mais pensar o ensino médio como a ante-sala da universidade. O público que conclui o ensino básico tem expectativa diversificada. Enquanto alguns pretendem a continuidade dos estudos em nível pós-médio, outros visam ao mercado de trabalho. Cabe, então, prepará-lo para a vida, o que representa um desafio bem mais amplo.

Como toda nova proposta, o ENEM pretende avançar com cautela, bases sólidas, firmando parcerias e superando adversidades. Não obstante, o exame apresenta resultados auspiciosos já em tão pouco tempo. Em sua segunda edição, O ENEM apresentou crescimento do número de inscritos da ordem de 120% em relação ao primeiro ano de sua realização (de 157.000 para 347.000).

Deste sucesso, surge um novo desafio, o de acompanhar a crescente demanda pelo exame com qualidade e eficiência.

3.4.1 - Principais ações realizadas

Sendo uma das mais recentes iniciativas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) procurou avançar na consolidação de suas atividades tanto por meio da formação de parcerias e criação de espaços de discussão quanto no fortalecimento do apoio técnico ao exame durante o ano de 1999.

A ampliação de parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentou, durante este ano, considerável avanço. No início de 1999, quatro IES utilizavam o ENEM como subsídio de seus processos de avaliação. Até o início de dezembro, este número já atingia 95 IES.

Inúmeras palestras sobre o ENEM foram realizadas ao longo do ano em escolas públicas e privadas de todo o País, ressaltando-se, neste caso, a ativa participação do corpo técnico do ENEM como divulgador do exame. Nestas palestras, foi expressiva a presença de diretores, professores e pais de alunos, o que aponta para o sucesso desta iniciativa.

Em fevereiro, foi criado o Conselho Técnico do ENEM. Formado sobretudo de especialistas nas diversas áreas do conhecimento, com larga experiência em avaliação de desempenho em educação. O conselho se reveste da principal iniciativa com vistas a dotar o exame de apoio técnico permanente.

A criação do Conselho Consultivo do ENEM (COENEM) objetivou trazer uma série de interlocutores para o debate e troca de idéias com respeito ao exame, ampliando o espaço do mesmo em meio a diversos segmentos da área da educação e do trabalho.

Ainda neste mesmo sentido, foi realizado o I Seminário Nacional do ENEM entre os dias 13 e 15 de outubro. O evento contou com a ampla presença de vários setores da sociedade ligados ao ensino médio e superior, proporcionando a participação de professores, técnicos ligados à pesquisa sobre avaliação e dirigentes do MEC nos debates sobre o ENEM, seus desafios e perspectivas.

Ao mesmo tempo, o ENEM buscou reforço técnico para a divulgação do exame durante todo o ano. Foram realizadas inúmeras reuniões técnicas com reitores, pró-reitores de graduação e coordenadores de vestibulares de instituições públicas e privadas, no intuito de aprofundar a discussão sobre o exame e ajudar em sua divulgação.

No mês de fevereiro, foi realizado o II Seminário Metodológico para a Construção de Itens de Prova, objetivando aprofundar o trabalho de interdisciplinaridade na elaboração de itens de prova do ENEM.

Posteriormente, durante o Seminário Metodológico para Ajuste Técnico e Pedagógico dos Itens Produzidos, foi realizada a etapa de seleção e adequação dos itens propostos, contando com a participação dos autores da Matriz de Competências do ENEM, especialistas em medidas e em conteúdos.

Cabe ressaltar ainda a realização dos seminários estaduais do ENEM; dos quais dois ocorreram durante este ano - em São Paulo e no Paraná, e outros se encontram agendados para o próximo ano, atestando o interesse despertado pelo exame pelo País.

Foi realizada a implantação do Sistema Coletor em todas as instituições que utilizam o ENEM, como critério de seleção de candidatos para seus cursos de graduação. Por intermédio deste sistema, o INEP envia os dados cadastrais dos inscritos no ENEM a partir de uma escolha realizada pelas instituições participantes do exame. Esta atividade, sem dúvida, concorre para a caracterização da parceria entre o INEP e as IES.

Por fim, o ENEM foi aplicado no último domingo do mês de agosto em 162 municípios com 315.960 participantes (91,07 % dos inscritos). Além de todas as capitais, os municípios com mais de mil matrículas, na última série do ensino médio, e aqueles considerados estratégicos participaram da aplicação do exame.

Os Resultados do exame foram disponibilizados por meio do Relatório Parcial do ENEM 1999, distribuído a partir do mês de dezembro.

3.4.2 - Atividades desenvolvidas

- Realização do II Seminário Metodológico para a Construção de Itens de Prova - 28 de fevereiro a 2 de março.
- Realização dos Seminários Metodológicos para Ajuste Técnico e Pedagógico dos Itens Produzidos - março/abril.
- Realização de quatro reuniões do Conselho Técnico do ENEM - fevereiro, setembro, outubro e novembro.

- Realização de uma reunião do Conselho Consultivo do ENEM (COENEM) - maio.
- Realização da pré-testagem da prova do ENEM - maio.
- Realização de uma reunião para análise estatística da prova - julho.
- Realização do I Seminário do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - outubro.
 - Realização de dois seminários estaduais do ENEM - Paraná (novembro) e em São Paulo (dezembro).
 - Implantação do Sistema Coletor em 95 Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do ENEM - de outubro a dezembro.
 - Realização de palestras e encontros sobre o ENEM em escolas públicas e particulares - de janeiro a dezembro.
 - Realização de reuniões técnicas com representantes das IES e coordenadores de vestibulares - de janeiro a dezembro.
 - Cinco reuniões do Comitê de Acompanhamento da Redação - abril, junho (duas reuniões) e agosto (duas reuniões).

3.5 - DIRETORIA DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - DDIE

A Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais (DDIE) é responsável pelo planejamento e execução da política de disseminação do INEP procurando consolidar um sistema de informações educacionais articulado e integrado, que permita o constante acesso a informações fidedignas e atualizadas, contribuindo, desta forma, com o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais, bem como para a viabilização da geração permanente do conhecimento a partir dos bens informacionais consolidados e otimizados.

Conforme disposto na estrutura regimental do INEP compete à DDIE:

- propor e coordenar a política de disseminação de informações educacionais, estudos e documentação, oferecendo suporte à divulgação de resultados e produtos dos sistemas de avaliação e de indicadores educacionais;
- planejar, orientar e coordenar as atividades de comunicação social e *marketing* institucional do INEP;
- propor e coordenar a realização de estudos e pesquisas baseados em fontes secundárias, segundo as necessidades e demandas das áreas do INEP;
- coordenar a coleta, a sistematização e a produção de informações referenciais em educação;
- promover e coordenar a articulação e a cooperação de caráter técnico-científico entre as Diretorias do INEP com os órgãos do Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados, as instituições de ensino e pesquisa, centros de referência e entidades privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ampliar e qualificar a disseminação e a produção de conhecimentos e informações educacionais;
- propor e coordenar a política de atualização e aquisição de material bibliográfico e documental, visando constituir acervo especializado nas áreas de atuação do INEP;
- coordenar a integração das redes de informação em educação, bem como manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais.

Para atender a estas múltiplas responsabilidades, a DDIE está dividida em duas Coordenações Gerais: a de Tratamento da Informação e Documentação e a de Difusão de Informações Educacionais.

A Coordenação-Geral de Tratamento da Informação e Documentação (CGTID) tem como principal instância executora de suas atividades o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (CIBEC), especializado na disseminação de informações sobre educação produzidas pelo INEP e outras, processadas por instituições nacionais e internacionais. O sistema de informações do CIBEC permite a disseminação em diversas mídias e a possibilidade de acesso assistido, pela atuação de facilitadores ou através de treinamento.

O CIBEC tem um caráter dinâmico em relação às suas ações, baseado em avaliações constantes sobre a qualidade do atendimento e dos serviços e produtos oferecidos, bem como da informação em si e do acompanhamento da evolução tecnológica na área. Desta maneira, novos produtos estão permanentemente sendo desenvolvidos e disseminados com vistas a responder aos imperativos da diversidade dos perfis de seus usuários e dos veículos de disseminação.

A Coordenação-Geral de Difusão de Informações Educacionais (CGDIE) é responsável pelo padrão gráfico do órgão e pelo gerenciamento da linha editorial do INEP bem como pela manutenção e atualização dos cadastros de instituições, pesquisadores e especialistas em educação e promoção da participação do INEP em eventos da área.

Será apresentado, a seguir, um balanço das atividades realizadas em 1999 pela DDIE, incluindo-se o Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED).

3.5.1 - Coordenação-Geral de Tratamento de Informação e Documentação (CGTID)

1 - Ações Realizadas

Nesta seção, serão apresentadas as atividades efetivamente realizadas pela Coordenação no ano de 1999. Para uma análise mais consistente, todas as ações executadas serão acompanhadas de dados estatísticos, quando pertinentes.

a) Biblioteca Virtual em Educação (BVE)

- Manutenção e atualização do banco de dados da BVE - atividade de caráter contínuo.
- 535 *sites* indexados, sendo 876 internacionais e 685 nacionais.
- Contabilizados 293 registros no Livro de Visitas e 94.005 acessos.
- Implantação do *software Spider* que tem como tarefa verificar o *status* de funcionamento dos *sites* que compõem a base de dados da BVE.
- Implementadas modificações na base de dados com o objetivo de tornar mais eficiente a disponibilização das informações.
- Adaptações no novo *software* de indexação para operar em *ORACLE*, com a migração do banco de dados da BVE do sistema *SQL Server* para *ORACLE*.

b) Perfil Municipal da Educação Básica (PMEB)

- Manutenção e atualização do PMEB.
- Inseridos os dados referentes aos Censos Escolares de 1997 e 1998, compreendendo um total de 348 variáveis disponíveis.
- Contabilizados 17.771 acessos.

- Realizadas 2.623 pesquisas.
- 877 usuários cadastrados.

c) Programa de Legislação Educacional Integrada (ProLEI)

- Alimentação da base de dados com a utilização de fontes como o *Diário Oficial da União, Documentas*, bancos de dados da Casa Civil e do Senado Federal.

- Catalogadas e indexadas 217 normas.
- Aperfeiçoamento do aplicativo.
- Definição da estrutura visual do ProLEI.
- Elaboração e confecção dos *folders* de divulgação e do tutorial para treinamento.
- Lançamento em dezembro.

d) Thesaurus Brasileiro de Educação (BRASED)

- Atualização dos termos do *Thesaurus* BRASED.

- Compatibilização do sistema *Thesaurus* BRASED com o sistema SABI.

- Disponibilização do Thesaurus, via Internet, a ser realizada no decorrer do ano 2000.

e) Obras Raras

- Conclusão dos trabalhos de restauração das obras raras e especiais do INER sendo entregues, no período, 765 obras.

- Restauração de 1.131 publicações, que apesar de não se enquadrarem necessariamente na definição de obra rara, apresentam um caráter relevante como fonte de informação e como memória institucional.

- Disponibilizados na página do CIBEC, no *site* do INEP, as listas de obras raras e especiais restauradas, bem como os procedimentos e as técnicas utilizadas nesses serviços.

f) Internet

- Atualização e manutenção da página do CIBEC.
- 552.719 acessos ao *site* do INEP.

g) Divulgação e Eventos

Implantação de estratégias de divulgação no *site* do INER dos produtos do CIBEC:

- confecção de *folders*.
- lançamento do *Programa Conheça a Educação*, que tem como objetivo incentivar o intercâmbio e a disseminação de informações, projetos, programas e ações de instituições envolvidas com o processo educacional, nos seus mais variados aspectos.

No âmbito deste programa, foram realizados 16 eventos, a seguir enumerados:

- 1 - Palestra "O trabalho de conservação das obras raras do INEP" - 11/3/1999.
- 2 - Palestra "A presença do livro na escola e literatura infantil nos Parâmetros Curriculares" - 6/4/1999.
- 3 - Palestra "Educação dos povos indígenas" e lançamento do Diretório de Associações e Organizações Indígenas no Brasil" - 16/4/1999.

4-Palestra "Panará: Os índios que deram a volta por cima" - 19/4/1999.

5 - Palestra "A matrícula no Ensino Fundamental em perspectiva - um modelo de simulação para a previsão do comportamento futuro da matrícula usando o fluxo escolar" - 1/6/1999.

6 - Palestra "Imprensa brasileira: história e legislação. Possibilidades e desafios das fontes documentais" -15/6/1999.

7 - Palestra "Gestão de documentos, arquivo, protocolo e digitalização" - 22/6/1999.

8 - Palestra "Literatura na vida contemporânea" - 27/7/1999.

9 - Palestra "Programa TV Escola: histórias e perspectivas" -17/8/1999.

10 - Palestra "História do Colégio Pedro II e seus vultos ilustres" - 22/9/1999.

11 - Palestra "Fragmentos de um retrato: Lourenço Filho" - 29/9/1999.

12 - Palestra "Emenda Constitucional nº 14: avanços do ensino com o FUNDEF"-20/10/1999.

13 - Palestra "Pró-Formação: concepção pedagógica e estratégia de implementação" - 22/11/1999.

14 - Palestra "Amigos da escola" - 2/12/1999.

15 - Apresentação e lançamento do Programa de Legislação Educacional Integrada (ProLEI) - 6/12/1999.

16 - Palestra e Lançamento do livro "Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo" - 9/12/1999.

h) Treinamento

- Realizados 44 treinamentos para usuários externos e servidores do INEP/MEC.

- 885 usuários atendidos por facilitadores do CIBEC.

i) Acervo Bibliográfico

- Realizadas as tarefas de levantamento, controle e renovação das assinaturas de 20 periódicos internacionais. No que se refere às publicações periódicas nacionais, a aquisição é realizada através de permuta com outras instituições, estando disponíveis atualmente, cerca de 400 títulos.

- Adquiridas, através de compra, 65 publicações nacionais e internacionais.

- Renovada a assinatura do *Current Contents*, que compreende uma base de dados bibliográficos e indexa, aproximadamente, 1.580 periódicos internacionais.

- Consultados 2.691 livros e 1.265 periódicos

3.5.2 - Coordenação-Geral de Difusão de informações Educacionais (CGDIE)

Desenvolve as atividades de Produção Editorial e Divulgação Institucional, que consistem basicamente de:

- Busca, seleção e contratação de articulistas; organização e revisão dos originais para publicação.

- Planejamento gráfico, diagramação, arte-final, impressão e acabamento.

- Disseminação do produto.

- Organização e participação em eventos.

- Coordenação e elaboração de projetos de arquitetura e mobiliário.

a) Organização de Publicações de Responsabilidade da DDIE

Atividade que envolve a definição de temas e a escolha de organizadores e articulistas, no caso do *Em Aberto*.

Contato, coleta, seleção e avaliação de textos para a composição dos números, no caso da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*.

A busca, a seleção e a contratação de articulistas envolvem atividades de contato com estes, visando à coleta de material para os periódicos, e com pareceristas, para a avaliação do produto a ser publicado.

b) Revisão/Normalização

Atividade que inclui, numa primeira etapa, a padronização dos textos de acordo com as normas lingüísticas (gramaticais) e editoriais (normas da ABNT, bem como as da própria publicação). Numa segunda, a leitura de confronto (a dois), visando a um maior refino do texto. Numa terceira, a revisão dos originais diagramados e arte-finalizados e, ainda, de suas provas gráficas.

A revisão inclui não somente a padronização dos textos, mas a verificação da exatidão no emprego dos conceitos, terminologias, informações históricas ou factuais, datas, números, nomes das pessoas, lugares e coisas, e das citações de qualquer tipo (textos legais, arcaicos, etc).

A padronização inclui também a atividade de Normalização Bibliográfica, que consiste na aplicação das normas da ABNT aos procedimentos de catalogação, inserção de notas e citações, organização de sumários, índices e referências bibliográficas.

c) Planejamento Gráfico

Programação visual de capas, *folders*, miolos de publicações, certificados, logotipos para eventos, etc.

Diagramação - cálculo de textos e páginas, definição de corpos e famílias de letras, cores, ilustrações e suas dimensões, de acordo com o projeto de programação visual.

Arte-final - execução das artes, objetivando a reprodução em série.

Em função das tiragens definidas para cada trabalho, define-se o processo de reprodução mais adequado (xerográfico, *offset*), assim como o acabamento mais indicado para o número de páginas da publicação (com espiral, grampeado, colado, etc.)

d) Eventos

Enquanto órgão voltado para a produção e disseminação de informações educacionais, a realização de eventos — dos mais simples aos mais complexos - é a atividade inerente ao trabalho do INEP.

Apesar da certeza da eficiência do evento, sempre é necessário rever sua utilização e buscar subsídios para sua organização e coordenação.

No decorrer do ano de 1999, vários eventos transcorreram, gerando resultados, na sua maioria, de grande sucesso. No geral, a meta foi garantir que os objetivos de cada evento fossem alcançados com pleno êxito, e que, ao mesmo tempo, o conjunto das realizações mantivesse a qualidade na projeção da imagem do INEP

Os eventos realizados, organizados totalmente pelo INEP ou em parceria com o MEC, estão discriminados adiante.

e) Divulgação Institucional

Atividade de disseminação (circulação e distribuição) e consolidação dos produtos do INEP.

Apoio ao planejamento, à execução e à participação em eventos (congressos, encontros, seminários, etc).

Para desempenhar esta função, é de fundamental importância a atualização e a manutenção do cadastro de usuários, especialistas e instituições, nas áreas de atuação do INEP, com o objetivo de promover a divulgação institucional.

f) Projetos de Arquitetura e Mobiliário

Elaboração de projetos de adequação do espaço físico, reformulação do *layout* de salas, desenho de mobiliário específico e especificações de mobiliário de linha industrial.

Atividades e produtos

1. Organização, revisão e planejamento gráfico - aguardando publicação

- Em Aberto

Programa de Correção de Fluxo Escolar - nº71. 17 artigos / 5.000 ex.
RBEP n 193- 11 artigos

Evolução do ensino superior-1980-1998. 71 p.

2. Planejamento gráfico, revisão e diagramação -publicados pelo INEP

- Catálogo de Publicações do INEP

nº 7/99 _ 24 p./500 ex.

nº 8/gg _ 24 p./600 ex.

nº g/99 _ 24 p./1.000 ex.

- Série Eventos

nº 9A- Avaliação da educação e a inserção dos egressos do ensino médio no mercado de trabalho.

Nassin Gabriel Mehedff. 17 p. /1.000 ex.

- Série Relatos de Pesquisa

nº 35 - Relatório da avaliação do rendimento escolar do ensino fundamental: a experiência de Primavera do Leste.

Primavera do Leste (MT). Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e Lazer. 81 p. / 500 ex.

- Série Textos para Discussão

nº 6 - O ensino superior no Brasil -1998.

Simon Schwartzman. 31 p. /1.000 ex.

nº 5 - Retrato de professores/as cariocas: revelação feita a partir do relatório do SAEB 96 - Rio de Janeiro.

Zacarias Jaegger Gama. 31 p. /1.000 ex.

nº 4 - Atendimento pedagógico-educacional para crianças e jovens hospitalizados: realidade nacional.

Eneida Simões Fonseca. 25p. /1.000 ex.

- Série Traduções

Relatório Meirieu: para a reforma do ensino médio na França.

Philippe Meirieu. 39 p. /1.000 ex.

Publicações Institucionais

- SAEB

O perfil da escola brasileira: um estudo a partir dos dados do SAEB 97. 29 p. / 2.000 ex.

O perfil do aluno brasileiro: um estudo a partir dos dados do SAEB 97. 36 p. / 2.000 ex.

- ENC

Exame Nacional de Cursos -1998: questionário-pesquisa, síntese Brasil. 35 p./2.000 ex.

Exame Nacional de Cursos - 1998: provas e questionário (Medicina Veterinária, Odontologia, Engenharia Química, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Matemática, Jornalismo, Letras, Direito, Administração). 10.000 ex.

Revista do Provão: a universidade e o profissional do futuro. 66 p. / 6.000 ex.

- ENEM

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM: documento básico 2000.11 p. / 1.000 ex.

Estatísticas Educacionais

- Caracterização física das escolas. 85 p. /1.100 ex.

- Censo escolar do professor 1997: perfil dos docentes de Educação Básica. 150p. / 2.000 ex.

- Sinopse estatística de educação básica: censo escolar 98.187 p. / 2.700 ex.

- Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1997. 228 p. / 2.200 ex.

- Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1998. 239 p. / 2.600 ex.

Títulos Avulsos

- Educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade. Maria Helena Guimarães de Castro. 40 p./ 300 ex.(port.), 300 ex. (ing.)

- Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional (Rio de Janeiro, 1 a 3/12/1997). 165 p. / 500 ex.

- Diretório de associações e organizações indígenas no Brasil. 2. ed. Luís Donisete Benzi Grupioni. 31 p. / 600 ex.

- Relatório Final do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Profissional de Professores e Garantia de Qualidade na Educação (Brasília, 29 e 30 de setembro de 1999). 500 ex.

- EFA 2000 - Educação para Todos... 240 ex. (port.), 60 ex. (ing.)

- Sistema de Inscrição ao Exame Nacional de Cursos - SIEx 2000: Manual de Utilização. 57p. / 6.200 ex.

Programa "Conheça a Educação"

- Contribuição ao ensino de arquitetura e urbanismo
Júlio Roberto Katinsky et al. 144 p. / 500 ex.

Total de exemplares: 50.000

3. Planejamento gráfico e revisão - impressos em gráfica (externo)

- Avaliação da descentralização de recursos do FNDE e da Merenda Escolar. 2.000 ex.
- Relatório de avaliação dos Concluintes do ensino médio. 7.000 ex.
- Avaliação de Concluintes do ensino médio em nove Estados 1997: relatório-síntese. 500 ex.
- SAEB/97: Primeiros resultados. 10.000 ex.
- Situação da Educação Básica no Brasil. 3.000 ex.
- Matrizes Curriculares para o SAEB. Ed. Revisada. 20.000 ex.
- Provão 99: relatório-síntese. 6.000 ex.

Total de exemplares: 50.000

4. Publicações de Tiragem Limitada

- Cronologia e biobibliografia do professor Manoel Bergstrom Lourenço Filho.
- Exame Nacional do Ensino Médio: relatório parcial 1999.
- Censo Escolar 99: dados preliminares.
- Avaliação de desempenho: fatores associados, análise das provas - 4ª série.
- Informações Educacionais (Pará, Maranhão, São Paulo, Paraná, Acre).
- Subsídios para o I Seminário Nacional sobre Educação para Todos EFA 2000.
- Educação Brasileira: síntese das avaliações e dos levantamentos estatísticos.
- Balanço da política educacional brasileira e histórico dos planos de educação.
- Estatísticas Educacionais de Pernambuco (Simpósio "Pensando e Propondo a Educação em Pernambuco").
- Avaliação de Concluintes do Ensino Médio 1997: Pernambuco. (Simpósio "Pensando...").
- SAEB 97: Pernambuco. (Simpósio "Pensando...").
- Reunião dos Secretários Estaduais de Educação (palestra proferida pela professora Maria Helena G. de Castro).
- Balanço do primeiro ano do Fundef.
- A matrícula no Ensino Fundamental em perspectiva: um modelo de simulação...
- Plano de Trabalho CONSED.
- Censo Escolar 99: plano de crítica preliminar.

Total aproximado de exemplares: 2.000

5. Revisão em 7999

- Paschoal Lemme. Memórias, v.5
- Em Aberto n. 72

6. Apoio e Organização de Eventos

6.1 Eventos organizados pelo INEP

Seminários do PROVÃO/ENC

Participação do INEP: Coordenar os procedimentos em geral: orientar a recepção, cuidar do cumprimento dos horários, centralizar informações pertinentes.

Engenharia Química.

Período: 10 e 11 de maio de 1999.

Local: Representação do MEC - Rio de Janeiro.

Participantes: Aproximadamente 100 pessoas

Produção de material: *folders* de apresentação (100); cartazes indicativos (10); "questionário-pesquisa" referente ao curso em questão (100); resumo técnico do PROVÃO (100); relatório-síntese (10); fichas de avaliação e inscrição (100); blocos de rascunho (100); prismas de mesa (10); pastas (100); etiquetas para pastas (100).

Direito

Período: 26 de maio de 1999.

Local: Hotel Eldorado - Cuiabá/MT.

Participantes: Aproximadamente 400 pessoas.

Produção de material: *folders* de apresentação (400), cartazes indicativos (10), "questionário-pesquisa" referente ao curso em questão (400); resumo técnico do PROVÃO (400); relatório-síntese (30); fichas de avaliação e inscrição (500); blocos de rascunho (400); prismas de mesa (25); pastas (400); etiquetas para pastas (400).

Odontologia

Período: 4 e 5 de agosto de 1999.

Local: Gramado/RS.

Participantes: Aproximadamente 250 pessoas.

Produção de material: *folders* de apresentação (200); cartazes indicativos (10); "questionário-pesquisa" referente ao curso em questão (200); resumo técnico do PROVÃO (20); relatório-síntese (10); fichas de inscrição e avaliação (200); blocos de rascunho (200); pastas (200); etiquetas para pastas (200), prismas de mesa (10).

Administração

Período: 18 de agosto de 1999.

Local: Parlamundi - LBV - Brasília/DF.

Organização: Coube ao setor de eventos organizar, coordenar e executar o seminário em questão, em parceria com o Conselho Federal de Administração (CFA).

Participantes: Aproximadamente 700 pessoas.

Produção de material: *folders* de apresentação (1.000); cartazes indicativos (10); "questionário-pesquisa" referente ao curso em questão (700); resumo técnico do PROVÃO (50); relatório-síntese (40); fichas de inscrição e avaliação (700); blocos de rascunho (700); pastas (700); etiquetas para pastas (700); prismas de mesa (35).

Seminário Internacional sobre "Desenvolvimento Profissional de Professores e Garantia de Qualidade na Educação"

Período: 29 e 30 de setembro de 1999.

Local: Hotel Nacional - Brasília

Participação do INEP: Coordenar com vistas à orientação dos participantes, providenciando o credenciamento dos mesmos; cuidando do cumprimento dos horários tanto em plenária quanto dos trabalhos em grupo e para a avaliação ao final do seminário. O INEP também participou com um estande de publicações.

O evento contou com o apoio do Banco Mundial, SEF, SEMTEC, SESu, Governo da França e Embaixada dos Estados Unidos.

Participantes: Aproximadamente 300 pessoas.

Produção de material: *folders* do INEP (500); 2 volumes das últimas publicações; catálogos de publicação; fichas de inscrição e avaliação (300); pastas (300); etiquetas para pastas (300); prismas de mesa (35); crachás (300); blocos de rascunho (300); blocos para palestrantes (35), *folders* de apresentação (500).

"Papers e publicações": Século XXI (150 em português e 100 em inglês). Textos dos palestrantes (300 de cada); EFA 2000 — Educação para Todos: avaliação da educação no ano 2000 (300 de cada).

1 Seminário do Exame Nacional do Ensino Médio

Período: 13,14 e 15 de outubro de 1999.

Local: Auditório do Centro de Formação do Banco do Brasil (CEFOR).

Participação do INEP: O seminário foi organizado, coordenado e executado pelo setor de eventos juntamente com toda a equipe do ENEM e contando com o apoio da DDIE. A articulação com o CEFOR foi totalmente satisfatória, gerando pleno êxito na realização do evento. O INEP também participou, montando um estande com as suas publicações.

Participantes: Aproximadamente 350 pessoas.

Produção de material: *folders* do INEP (250); catálogos de publicação (200); 2 volumes das últimas publicações; fichas de inscrição e avaliação (300); *folders* de apresentação (300); blocos de rascunho (300); etiquetas para pastas (300); pastas (300); prismas de mesa (35); documento básico do ENEM (300); textos dos palestrantes (300), crachás (300).

Workshop of WEI National Project Coordinators

Período: 29 de novembro a 2 de dezembro de 1999.

Local: Salão DEBRET- Hotel Glória/RJ

Participação do INEP: Coordenar com vistas à orientação dos participantes, providenciando o credenciamento dos mesmos; cuidando do cumprimento dos horários tanto em plenária quanto dos trabalhos em grupo.

Participantes: Aproximadamente 35 pessoas

Produção de material: crachás (30); prismas de mesa (30); etiquetas para pastas (30) e pastas (30).

6.2 Eventos promovidos pelo MEC com a participação do INEP

Encontro dos Secretários de Educação

Período: 4 e 5 de fevereiro de 1999.

Local: ESAF - Brasília.

Participação do INEP: O INEP, em parceria com o MEC, participou com um estande de publicações, em que as solicitações destas eram feitas e atendidas posteriormente.

Participantes: Aproximadamente 250 pessoas.

Produção de material: Palestra proferida pela Professora Maria Helena G. de Castro; Informações Educacionais dos 27 Estados; Tendências e Perspectivas; Educação Brasileira-Síntese das Avaliações e dos levantamentos estatísticos. Para o estande foram levados: folders do INEP (200); catálogos de publicação (200); 2 volumes das últimas publicações; fichas de inscrição (300); folders do CIBEC (150 de cada).

SBPC

Período: 12 a 16 de julho de 1999.

Local: Porto Alegre/RS

Participação do INEP: Divulgar a instituição, com a montagem de um estande de publicações, no qual as fichas de solicitação eram preenchidas e atendidas posteriormente. Esse evento foi realizado em parceria com o MEC, e o espaço cedido não atendeu perfeitamente à demanda do INEP. As articulações com o mesmo foram satisfatórias, porém o MEC retirou um dia antes todo o seu material, como também o das outras Secretarias, provocando desconforto, uma vez que o evento em si não havia terminado. Em acordo com o nosso coordenador - Geral, continuamos a trabalhar até o último dia, dispondo apenas de uma mesa para atendimento ao público.

Participantes: Aproximadamente 3.000 pessoas.

Produção de material: folders do INEP (500); 2 volumes das últimas publicações; catálogos de publicação; fichas de inscrição (500); folders CIBEC (300 de cada).

6.3. Apoio aos Eventos do CIBEC - Programa "Conheça a Educação"

Os eventos do CIBEC contaram com a organização do Setor de Eventos e do Setor de Programação Visual, no seguinte sentido:

- Produção e emissão dos convites: tiragem em média de 650 por evento.
- Produção de cartazes expositivos: tiragem em média de 70 por evento.
- Emissão de certificados dos palestrantes.
- Providências básicas, tais como: som, retroprojetor, *data-show*, videocassete e TV, quando necessário.

Total: 16 Eventos

6.4. Participação em eventos com o envio de técnicos

II *Workshop* de Editores Científicos da ABEC

Período: 17 a 19/11/1999

Local: Petrópolis - RJ

7. Distribuição de publicações

- Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional. 529 ex.
- Informe Estatístico da Educação Básica. 160 ex.
- Caracterização Física das Escolas. 160 ex.
- Relatório-síntese do ACEM. 418 ex.
- ACEM - Relatório Completo (3 volumes). 1.265 ex.
- Revista do Provão/99. 600.000 ex.
- Matrizes Curriculares de Referência - SAEB (2ªedição) 20.000 ex.
- Provão/99 - Informativo nº 02. 283.300 ex.
- Sinopse do Ensino Superior/97. 2.200 ex.
- Sinopse do Ensino Superior/98. 2.549 ex.
- Textos p/ Discussão nº 4.720 ex.
- Textos p/ Discussão nº 6.743 ex.
- Sinopse Estatística da Educação Básica/98 - Censo Escolar. 2.179 ex.
- Censo do Professor/97. 1.379 ex.
- Série Documental - Traduções nº 3 (Relatório Meirieu). 876 ex.
- Primeiros Resultados SAEB/97. 5.521 ex.
- RBEP191 / 2.122 ex.
- RBEP 192/2.056 ex.
- Situação da Educação Básica no Brasil. 1.090 ex.
- Relatório-síntese Provão/99. 4.553 ex.
- Contribuição para o Ensino de Arquitetura e Urbanismo. 432 ex.
- O Perfil do Aluno Brasileiro. 672 ex.
- O Perfil da Escola Brasileira. 672 ex.
- Distribuição de publicações após os diversos eventos: 6.200 exemplares

Total de exemplares: 939.796

8. Projetos de Arquitetura e Mobiliário

- Adequação do espaço físico do Anexo II;
- Reformulação do *layout* das salas dos Anexos e CIBEC;
- Projeto do mobiliário para sala de reuniões (Anexo II), armários de copa e banheiros, armário para fitas de vídeo (CIBEC);
- Projeto de reforma do Arquivo Histórico (Garagem do MEC);
- Especificações de móveis (cadeiras, poltronas, armários de linha industrial);
- Especificação de estande de exposições para o INEP;
- Recebimento e aprovação de mobiliário;
- Manutenção, especificações e acompanhamento dos serviços de marcenaria - recuperação de guarda-corpo, portas e trincos dos Anexos.

3.5.3 - Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED)

1. Ações realizadas

- Elaboradas as diretrizes metodológicas para a realização dos estudos da arte.

- Concluídos seis estados da arte: a) Formação de Professores; b) Educação Superior; c) Educação de 0 a 6 anos; d) Alfabetização; e) Política e Gestão Educacional e f) Avaliação dos Sistemas de Ensino da Educação Básica.
- Iniciados dois estados da arte: Educação de Jovens e Adultos e Juventude e Educação.
- Concluído o mapeamento e a análise dos periódicos nacionais na área educacional.
- Realizada a análise do uso de formas de indexação na América Latina.
- Implementado o Programa de Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores, que teve dois processos seletivos, contando com a participação de 24 editoras universitárias, sendo selecionadas 28 obras para publicação.
- Realizado o Evento COMPED que teve como objetivos gerais identificar estratégias para fortalecer e ampliar as articulações e a cooperação entre instituições governamentais e não-governamentais dedicadas à disseminação de informações educacionais, facilitando-lhes melhores padrões de gestão informacional e de emprego de novas tecnologias comunicacionais.
- Lançamento da página WEB do COMPED, com todos os produtos concluídos.

Além disso, o INEP, por ser o órgão do Ministério da Educação responsável pelos sistemas de avaliações e censos educacionais, é fonte constante de informação para os veículos de comunicação. O desenvolvimento, aprimoramento e crescimento das atividades do INEP têm ampliado significativamente, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, a procura por parte da mídia pelo conjunto de informações disponíveis.

A realização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional de Cursos (ENC), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Censo da Educação Básica e do Censo do Ensino Superior atrai cada vez mais o trabalho da imprensa, principalmente porque o tema educação vem se consolidando como um assunto de alto grau de relevância e com espaço, cada vez mais, garantido e exigido pelos públicos de jornais e revistas e emissoras de rádio e TV.

E o INEP tem papel fundamental nesta transformação. De acordo com a pesquisa "Mídia e Educação: perspectiva para a qualidade da informação", realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP) da Universidade de Brasília, de todas as matérias publicadas nos jornais brasileiros sobre educação, 17,2% tiveram como fonte o INEP. Este índice chega a 21,6% no Sudeste e 23,1 no Nordeste. Se somadas apenas as matérias que tiveram instituições como fontes e utilizaram estatísticas, 38,6% das notícias produzidas pelos jornais utilizaram informações do INEP. O estudo aponta também que as divulgações do Censo Escolar, SAEB, ENEM e ENC são as mais importantes realizadas pelo Ministério da Educação e de maiores impactos na mídia.

A perspectiva é que este espaço nos veículos de comunicação seja ainda mais ampliado, pois, além de melhorias nas avaliações e coleta de dados já feitas, o INEP vem implantando novas atividades como o censo da educação profissional, indígena e infantil, além dos trabalhos de formulação de indicadores internacionais.

No ano de 1999, esta ampliação já trouxe um aumento no trabalho da assessoria de imprensa, pois além da atividade intensa durante o período de grandes divulgações, há um atendimento cotidiano a repórteres, produtores, editores e colunistas, em busca de informações que estruturam pautas e norteiam matéri-

as jornalísticas. Além do trabalho permanente em conjunto com a assessoria de comunicação e outros setores do Ministério da Educação.

Os números revelam a dimensão de todo este trabalho. Em 1999, foram realizados mais de 6 mil atendimentos por telefone, incluindo ligações feitas e recebidas, e 246 transmissões via fax, instrumento menos utilizado já que grande parte das redações dispõe de endereços eletrônicos. Esta nova tecnologia possibilitou o envio de cerca de 38 mil *e-mails*, atendendo a uma variedade de informações. Para a efetivação deste contato via *e-mail*, foi organizado um catálogo que já conta com 738 endereços.

Além disso, a presidente e os diretores e coordenadores do INEP concederam 181 entrevistas, houve 17 entrevistas coletivas com a participação do INEP a maior parte delas com a presença do ministro da Educação Paulo Renato Souza, e foram produzidos e distribuídos 154 *briefings* e artigos de opinião. Outro importante e essencial meio de divulgação, que permitiu uma significativa expansão do trabalho, foi a página de notícias do INEP na Internet, que recebeu 248.748 *requests* até o último mês de novembro. Este número deverá passar de 300 mil, já que no mês de dezembro foram divulgados os resultados do ENC e do ENEM. O resultado deste trabalho pode ser visto nos mais de 2 mil *clippings* (apenas dos jornais e revistas, pois não são produzidos *clippings* eletrônicos - rádio, TV e Internet).

Principais *briefings* produzidos:

- Censo Escolar de 1999: Divulgação dos dados de matrículas e documento com a evolução dos principais indicadores do sistema educacional.
- Censo da Educação profissional: Lançamento e divulgação durante o processo de sua realização.
- Censo do Ensino Superior de 1998: Divulgação do resultado final.
- Exame Nacional de Cursos, o Provão: Divulgação dos resultados de 1999, das diretrizes e inscrições para o ENC 2000, dos processos de reconhecimento dos cursos, dos seminários dos cursos, dos locais de prova e do balanço após a prova.
- Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM): Divulgação do desempenho dos alunos no exame, das instituições que irão adotar o ENEM como critério de ingresso na graduação, do seminário sobre o ENEM, dos locais de prova e do balanço antes e após a prova.
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): Divulgações durante a realização das provas.
- E mais: Divulgação dos seminários do CIBEC, do Plano Nacional de Educação, da conquista do prêmio excelência em informática, do seminário de avaliação dos "compromissos de Jomtien", do pré-teste do Pisa 2000 e demais artigos e textos. Além disso, a Assessoria de Imprensa do INEP auxiliou a presidência na elaboração de palestras e *workshops*, na preparação de documentos sobre "As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro" e "O desempenho do Sistema Educacional Brasileiro: 1994-1999", traduzido pela Assessoria de Comunicação Social do MEC para o inglês e o francês.
- A Assessoria de Imprensa do INEP foi requisitada diversas vezes pelo ministro Paulo Renato para produzir os *briefings* sobre os novos critérios adotados pelo Ministério da Educação para a renovação do reconhecimento dos cursos de graduação.

- Ficou também sob a responsabilidade da Assessoria de Imprensa do INEP a redação do *briefing* e a centralização das informações do balanço do primeiro ano de funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef. O balanço do primeiro ano do Fundef foi feito pelo ministro Paulo Renato e pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

4

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Coordenação-Geral de Administração e Finanças (CGA) do INEP tem como atribuição coordenar, acompanhar e controlar as atividades referentes à execução e programação orçamentária e financeira, à administração de pessoal, à administração de contratos, convênios e licitações e serviços gerais.

Visando melhor controle e direcionamento das ações no âmbito da CGA, em 1999 foram aprimorados os mecanismos de acompanhamento dos dados relativos à execução físico-financeira, bem como a adequação dos sistemas informatizados da administração do INEP além da revisão de manuais de procedimentos para a celebração de convênios e contratação por dispensa ou inexigibilidade.

Sobre o desempenho da execução financeira do INEP no exercício em 1999, cabem dois destaques:

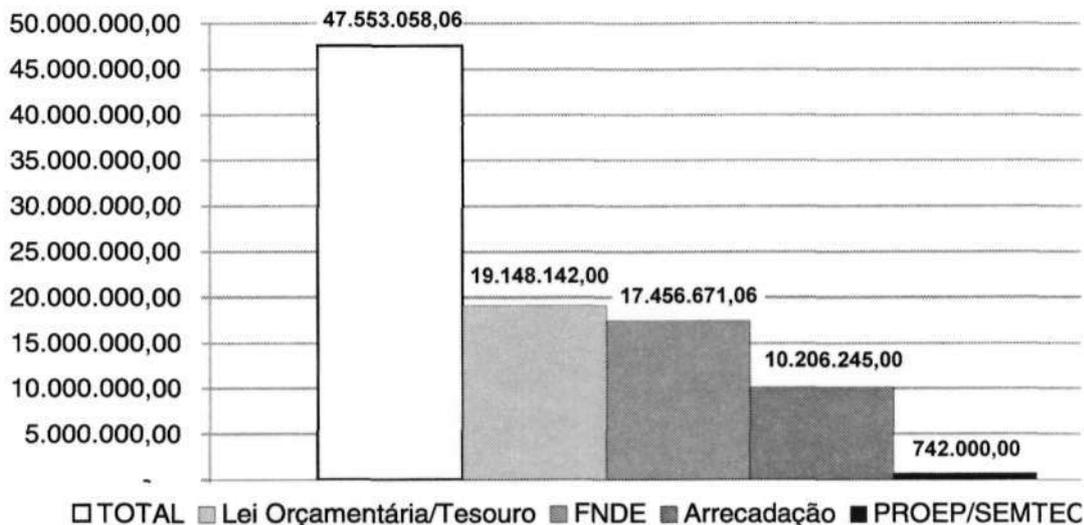
- a execução alcançou o equivalente a 99,57% da receita total do órgão, incluindo todas as fontes;
- 88,27% dos recursos foram aplicados nas atividades-fim e apenas 11,73% nas atividades-meio.

4.1 — EXECUÇÃO, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

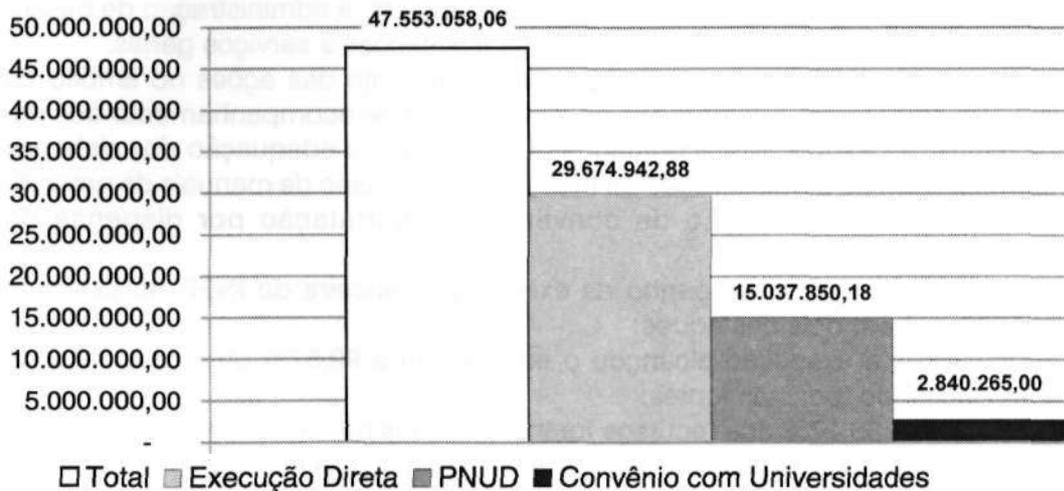
A dotação orçamentária do INEP no exercício de 1999 foi da ordem de R\$47.553.058,06 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinqüenta e três mil, cinqüenta e oito reais e seis centavos). Deste montante, R\$18.198.671,06 (dezoito milhões, cento e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e seis centa-

vos) foram recebidos mediante celebração de convênio com o FNDE e com o PROEP/SEMTEC. O orçamento do INEP obedeceu à seguinte execução: R\$15.037.850,18 (quinze milhões, trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais e dezoito centavos), foram programados para serem executados mediante transferência a organismos internacionais e R\$2.840.265,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta mil, duzentos e sessenta e cinco reais) através de celebração de convênio de despesa com Universidades Federais e R\$29.674.942,88 (vinte e nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos) na forma de aplicação direta.

Demonstrativo da Dotação Orçamentária do INEP - Origem



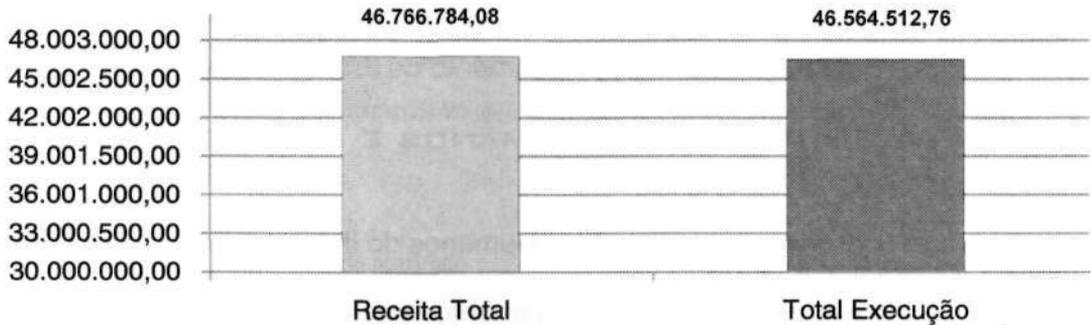
Demonstrativo da Lei Orçamentária - Destino (TO e Convênios)



A execução (despesa total) do INEP no exercício de 1999 totalizou R\$46.564.512,76 (quarenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e doze reais e setenta e seis centavos), resultando num percentual de 99,57% sobre a receita total do Órgão, incluindo todas as fontes, que foi de R\$46.766.784,08 (quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oito centavos). Podemos observar que

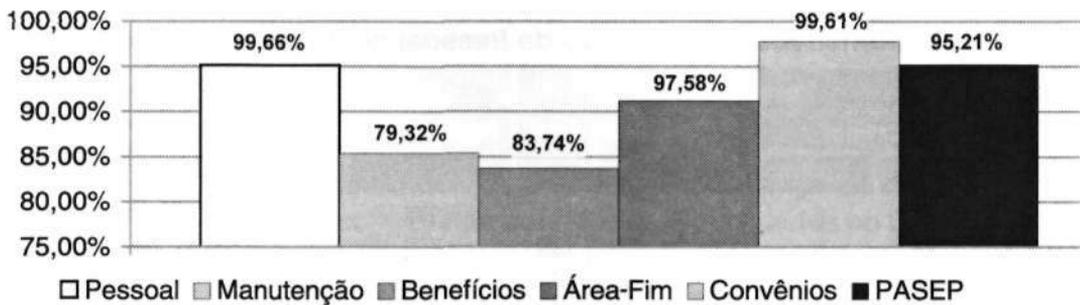
entre a dotação orçamentária fixada para o INEP no ano de 1999 e a receita total mencionada acima, houve uma parcela não liberada de R\$786.273,98 (setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).

Demonstrativo da Execução da Despesa Total do INEP



É importante destacar que, a arrecadação do INEP ultrapassou o valor previsto inicialmente em R\$2.186.245,00 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais), gerando a necessidade de um crédito suplementar, através de autorização legislativa, perfazendo o total da arrecadação o montante de R\$9.778.782,53 (nove milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

Percentual Liquidado (Pago) Sobre o Crédito Autorizado Período: 01/01/99 a 31/12/99



4.2 - LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Para atender aos objetivos do INEP a CGA realizou, em 1999, em articulação com as Diretorias, as seguintes aquisições/contratações:

- 02 (duas) licitações na modalidade de Concorrência Pública.
- 06 (seis) licitações na modalidade de Tomada de preços.
- 05 (cinco) licitações na modalidade de Convite.
- 81 (oitenta e um) aquisições/contratações de materiais/serviços com dispensa de licitação, sendo 78 (setenta e oito) por valor; 01 (uma) com fundamento no Inciso XIII do Art. 24 da Lei 8.666/93 e 02 (duas) com fundamento no Inciso XVI.

- 27 (vinte e sete) aquisições/contratações por inexigibilidade de licitação.

- celebração de 47 (quarenta e sete) contratos.
- Celebração de 3 (três) convênios como CONCEDENTE.
- Celebração de 5 (cinco) convênios e de 3 (três) termos aditivos como

CONVENIENTE.

- Celebração de **34** (trinta e quatro) Termos de Licenciamento com autores de textos.

- Celebração de 1 (um) Documento de Projeto com o PNUD.

4.3 - RECURSOS HUMANOS E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A coordenação de Recursos Humanos do INEP, no exercício de 1999, realizou as seguintes atividades:

- Execução da folha de pagamento através do SIAPE e SIAFI.

- Concessão de benefícios, seguindo as diretrizes emanadas do Órgão Superior de Pessoal.

- Atualização de fichas cadastrais.

- Publicação mensal do BS - Boletim de Serviço do INEP.

- Elaboração de planilha de cálculo, instrução, parecer e pagamento de 59 (cinquenta e nove) processos referentes a exercícios anteriores.

- Atualização do passivo dos 28,86% (vinte e oito e oitenta e seis por cento) referente ao pagamento de cargo efetivo de 22 (vinte e dois) servidores e de vantagem pessoal de 23 (vinte e três) servidores.

- Levantamento e atualização do tempo de efetivo exercício dos servidores do quadro de pessoal do INEP efeito financeiro a partir de setembro de 1999.

A - Demonstrativo da Despesa de Pessoal no Exercício de 1999

Mês	Quantidade			Total	Renda Bruta	Desconto	Líquido
	Servidor		Beneficiário				
	Ativo	Inativo					
JAN	127	6	8	141	255.378,51	60.976,91	194.401,60
FEV	125	6	8	139	240.860,98	72.418,65	168.442,33
MAR	127	6	8	141	240.659,76	58.263,56	182.396,20
ABR	126	7	8	141	252.050,01	58.874,16	193.175,85
MAIO	126	7	8	141	251.521,23	60.973,95	190.547,28
JUN	128	7	8	143	318.457,26	70.975,05	247.482,21
JUL	127	8	8	143	251.533,63	69.691,32	181.842,21
AGOS	130	8	9	147	258.201,96	71.454,09	186.747,87
SET	131	8	9	148	266.452,00	68.971,28	197.480,72
OUT	129	8	9	146	258.988,43	61.548,54	197.439,89
NOV	128	8	9	145	606.446,22	253.560,52	352.885,70
DEZ	129	8	9	146	349.510,78	80.616,02	268.894,76
TOTAL					3.550.060,77	988.324,05	2.561.736,62

Atualmente, esta Autarquia conta com 122 servidores em efetivo exercício: sendo 73 do quadro efetivo; 21 requisitados; 1 em exercício provisório; 9 ocupantes de cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e 18 ocupantes de cargos comissionados, sem vínculo.

B - Demonstrativo da Movimentação de Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do INEP

Forma de movimentação	Período		
	1997	1998	1999
Redistribuição para o Quadro de Pessoal do INEP	3	7	2
Redistribuição do Quadro de Pessoal do INEP	1	4	
Admissão por Concurso Público (Advogado)		1	
Exoneração	3		4
Exoneração: Programa de Desligamento Voluntário - PDV			3
Vacância	2		
Cessão	4	4	4
Aposentadoria	3	3	2
Licença sem vencimentos	1		
Licença para freqüentar curso de mestrado	1	1	

Em dezembro de 1999, 11 (onze) servidores encontravam-se cedidos, 1 (um) em licença para freqüentar curso de mestrado e 8 (oito) aposentados.

Dos servidores do Quadro de Pessoal do INEP, durante o exercício de 1999, 27 (vinte e sete) participaram de eventos de capacitação no CETREMEC, 3 (três) servidores participaram de eventos promovidos pela ENAP e 40 (quarenta) servidores participaram de seminários, congressos, palestras e assemelhados.

Outras ações realizadas:

- acompanhamento da freqüência mensal de servidores;
- acompanhamento dos descontos do plano de saúde;
- análise e parecer em processos de assuntos pertinentes à área de pessoal;
- elaboração de portarias de cessão, aposentadoria, exoneração de cargos efetivos, e de vacância;
- emissão de declaração e de certidão de tempo de serviço;
- leitura e acompanhamento dos atos publicados no DOU;
- averbação de tempo de serviço;
- elaboração e alterações da escala anual de férias;
- Cadastramento de servidor no PASEP;
- encaminhamento ao MEC de solicitação de exame médico;
- revisão do Regulamento do "Programa de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica aos Servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP";
- Cadastramento e manutenção no Sistema de Material de todo o material de consumo adquirido;
- controle dos bens permanentes existentes no Órgão;
- tombamento do material permanente adquirido ao longo do ano;
- acompanhamento da movimentação de bens de propriedade do INEP;
- elaboração de termos de cessão de equipamentos de informática as secretarias estaduais de educação e ao FNDE;
- remessa à Contabilidade Analítica de Relatórios Mensais de Movimentação de Bens (Patrimônio e Almoxarifado);

- elaboração do inventário de bens móveis e imóveis de 1999 e Relatório de Material de Consumo;
- controle de veículos do Órgão bem como acompanhamento de escala de serviços para atendimento às Diretorias;
- acompanhamento/fiscalização dos serviços de limpeza e conservação, manutenção elétrica e telefônica das áreas ocupadas pelo INEP, consertos de aparelhos fac-símiles, chaveiros em geral, carimbos;
- instrução e acompanhamento de processos referente a solicitação de imóvel funcional e de auxílio moradia;
- instrução de processos de afastamento do País e de concessão de visto referente a viagens oficiais no âmbito do INEP.

5

DADOS COMPARATIVOS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 1997, 1998 E 1999

Os dados a seguir apresentados, referem-se à execução orçamentária e financeira do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social no âmbito do INEP, mais os recursos provenientes de convênios de receita, mais as receitas diretamente arrecadadas. Considera-se como orçamento fiscal e da seguridade social, as dotações referentes às leis orçamentárias anuais consignadas ao INEP, mais os créditos suplementares concedidos no período.

Leis Orçamentárias Anuais

1997 - Lei nº 9.438, de 26/02/1997

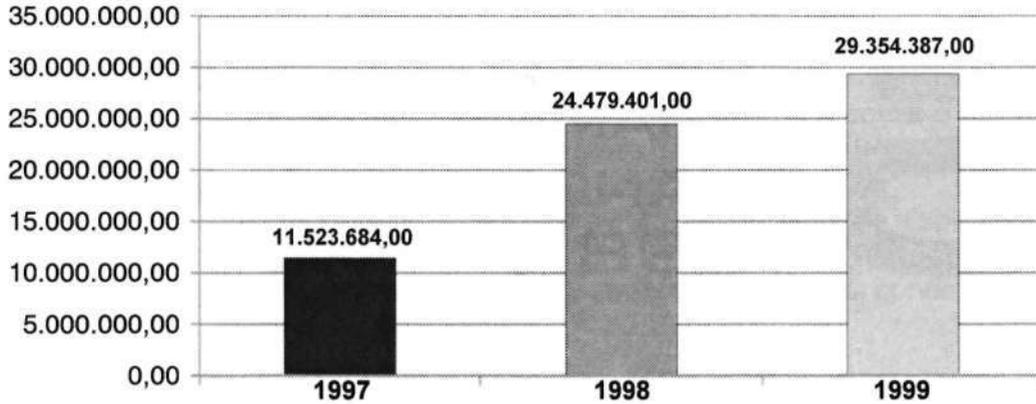
1998 - Lei nº 9.598, de 30/12/1997

1999 - Lei nº 9.789, de 23/02/1999

5.1 . DEMONSTRATIVO DA DESPESA AUTORIZADA - DOTAÇÃO

Dotação Orçamentária	Crédito Autorizado			Total
	1997	1998	1999	
26290-INEP	11.523.684,00	24.479.401,00	29.354.387,00	65.357.472,00

Evolução do Crédito Autorizado - Dotação

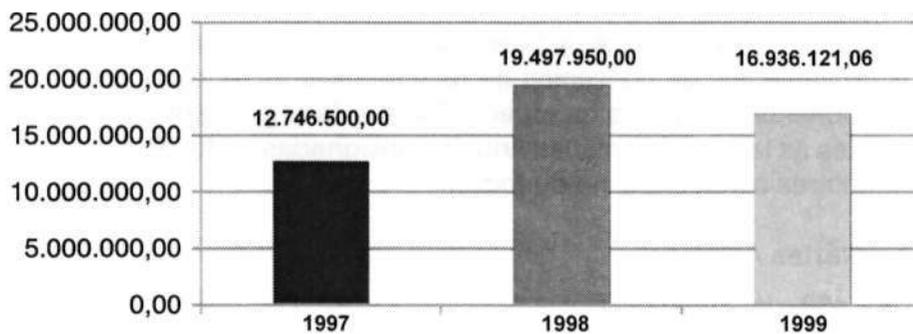


5.2. DEMONSTRATIVO DA DESPESA AUTORIZADA — CONVÊNIOS

Dotação Orçamentária	Crédito Autorizado			Total
	1997	1998	1999	
26290 – INEP	12.746.500,00	19.497.950,00	*16.936.121,06	49.180.571,06

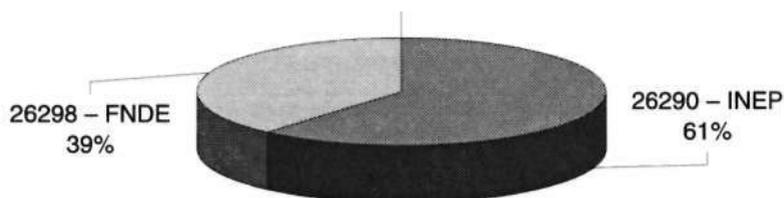
* Do Destaque recebido, o INEP descentralizou R\$ 1.262.550,00 mediante convênios com universidades federais.

Evolução do Crédito Autorizado - Destaque - Recebido - Convênios



».3 — DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

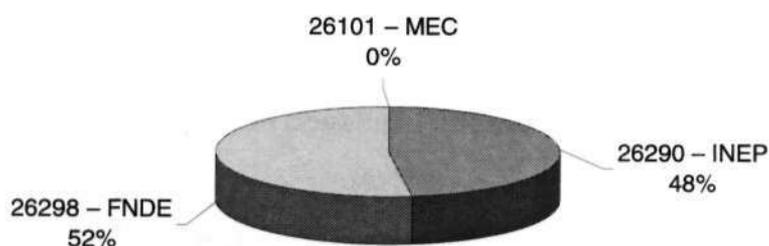
Crédito Liquidado em 1999



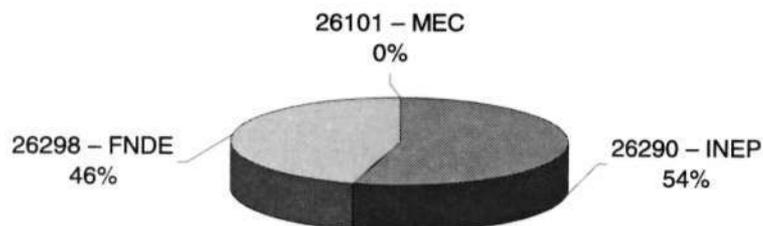
5.3.1 - Execução da Despesa por Unidade Orçamentária

Dotação Orçamentária	Crédito Autorizado			Total
	1997	1998	1999	
26101-MEC	0,00	0,00	29.17088	29.170,88
26290-INEP	10.628.572,98	21.770.478,11	26.853.910,86	59.252.961,95
26298-FNDE	11.646.963,22	18.304.754,85	16.841.166,02	46.792.884,09
Total	22.275.536,20	40.075.232,96	43.724.247,76	106.075.016,92

Crédito Liquidado em 1997



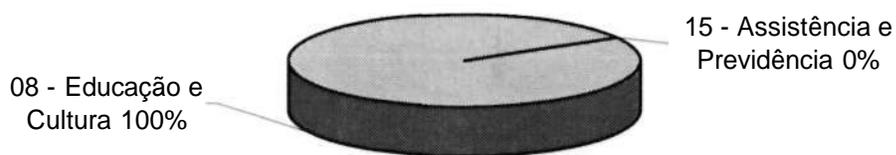
Crédito Liquidado em 1998



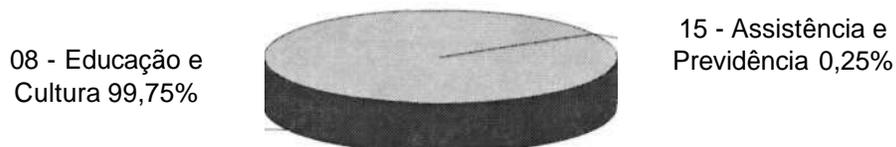
5.3.2 - Execução da Despesa por Função

Função	Crédito Autorizado			Total
	1997	1998	1999	
08 - Educação e Cultura	22.275.536,20	39.976.173,15	43.457.951,47	105.709.600,82
15-Assistência e Previdência	0,00	99.059,81	266.296,29	365.356,10
Total	22.275.536,20	40.075.232,96	43.724.247,76	106.075.016,92

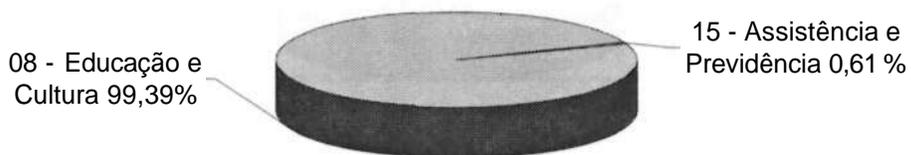
Crédito Liquidado em 1997



Crédito Liquidado em 1998



Crédito Liquidado em 1999



**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**

Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas
Educacionais



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)